



Centro Universitário de Brasília
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Curso de Direito

RICARDO CORRÊA LEAL PAIVA

**O IMPASSE ACERCA DA QUESTÃO DOS SUBSÍDIOS AGRÍCOLAS NA
RODADA DE DOHA DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO
E A EFICÁCIA DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO**

BRASÍLIA
2013

RICARDO CORRÊA LEAL PAIVA

**O IMPASSE ACERCA DA QUESTÃO DOS SUBSÍDIOS AGRÍCOLAS NA
RODADA DE DOHA DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO
E A EFICÁCIA DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO**

Monografia apresentada como requisito
para a conclusão do curso de Direito do
Centro Universitário de Brasília -
UnICEUB.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alice Rocha da
Silva

BRASÍLIA
2013

RICARDO CORRÊA LEAL PAIVA

**O IMPASSE ACERCA DA QUESTÃO DOS SUBSÍDIOS AGRÍCOLAS NA
RODADA DE DOHA DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO
E A EFICÁCIA DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO**

Monografia apresentada como requisito
para a conclusão do curso de Direito do
Centro Universitário de Brasília -
UnICEUB.

Data de aprovação: 14 de maio de 2013.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Alice Rocha da Silva
Centro Universitário de Brasília - UnICEUB
Orientadora

Prof. Dr. Gustavo Ferreira Ribeiro
Centro Universitário de Brasília - UnICEUB
Membro da banca examinadora

Prof.^a Dr.^a Ana Flávia Velloso
Centro Universitário de Brasília - UnICEUB
Membro da banca examinadora

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos pais, que conferem sentido à minha vida e me dão carinho, amor e apoio ilimitados.

Ao meu querido irmão e à minha querida irmã, meus grandes amigos e companheiros por toda a vida.

À professora orientadora Alice Rocha da Silva, pela atenção, receptividade e apoio na realização deste trabalho.

Ao professor Marcelo Dias Varella, pelo apoio oferecido ao longo do curso de graduação, pelas palavras de incentivo e pelas oportunidades oferecidas.

Ao professor Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, pelo suporte oferecido na iniciação científica.

Ao Centro Universitário de Brasília, pelo desenvolvimento pessoal, intelectual e emocional proporcionado ao longo do curso, e pela oportunidade de realização de iniciações científicas.

Aos meus amigos, pelo apoio, compreensão e estímulo.

RESUMO

A monografia estabelece uma correlação entre a efetividade do direito ao desenvolvimento, um direito humano fundamental, e os resultados obtidos na Rodada de Doha para o Desenvolvimento (RDD) até o ano de 2013, quando ela ainda não havia sido concluída, em especial com relação à questão do uso de subsídios agrícolas distorcivos no comércio internacional por países desenvolvidos. Após a análise da construção do direito ao desenvolvimento na comunidade internacional, em particular a caracterização dada a ele pela Organização das Nações Unidas (ONU), e um breve estudo do funcionamento da OMC, uma investigação é conduzida no tocante à efetividade do direito ao desenvolvimento dentro da moldura da Rodada de Doha para o Desenvolvimento. Encontra-se que a agricultura desempenha relevante papel na economia dos países subdesenvolvidos, e que os fracassos da Rodada de Doha quanto ao assunto prejudicam o desenvolvimento deles. Finalmente, chega-se à conclusão de que os impasses na Rodada de Doha para o Desenvolvimento traduzem-se na ineficácia do direito ao desenvolvimento.

Palavras-chave: Organização Mundial do Comércio, Rodada de Doha, Sistema Multilateral de Comércio, Subsídios agrícolas, Comércio internacional, Direito ao desenvolvimento, Países Menos Desenvolvidos.

ABSTRACT

The monograph strikes a correlation between the effectiveness of the right to development, a fundamental human right, and the achievements of the Doha Development Round (DDR) of the World Trade Organization (WTO) as of 2013, year which it had not yet been concluded, specifically with regards to the issue of the use of distorting agricultural subsidies in international trade by developed countries. After the analysis of the construction of the right to development in the international community, in particular the characterization given to it by the United Nations, and the brief study of the functioning of the WTO, an investigation is conducted regarding the effectiveness of the right to development inside the framework of the Doha Development Round. It is found that agriculture plays a big role in the economy of underdeveloped countries, and the failures of the DDR jeopardize their development. Finally, a conclusion is reached in the sense that the shortcomings of the Doha Development Round translate into the ineffectiveness of the right to development.

Keywords: World Trade Organization, Doha Round, Multilateral Trading System, Agricultural Subsidies, International trade, Right to Development, Least Developed Countries.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentual do Produto Interno Bruto pertencente ao setor da agricultura nos países do Grupo de Países Menos Desenvolvidos membros da OMC.....63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GPMD	Grupo de Países Menos Desenvolvidos
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDD	Rodada de Doha para o Desenvolvimento
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO E A RODADA DE DOHA PARA O DESENVOLVIMENTO, SUA AGENDA E SUA PROPOSTA: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO	15
1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO E DO ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS E COMÉRCIO (GATT).....	17
1.1.1 O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) de 1947	18
1.1.2 A Declaração de Marrakech de 1994 – Organização Mundial do Comércio ...	20
1.1.3 A Transição do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) para a Organização Mundial do Comércio (OMC)	23
1.1.4 O desenvolvimento no âmbito da Declaração de Marrakech de 1994 da Organização Mundial do Comércio	25
1.2 A RODADA DE DOHA DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO	27
1.2.1 Os Objetivos (Agenda) da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio.....	29
2 CONCEITO DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO E SUA EFICÁCIA: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO	32
2.1 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO ..	32
2.1.1 A Conferência de Bandung (Conferência Afro-Asiática) de 1955	34
2.1.2 A declaração do jurista Keba M'Baye de 1972 sobre o direito ao desenvolvimento	37
2.1.3. A Carta Africana de Direitos Humanos e Coletivos de 1982.....	38
2.1.4 A Declaração do Direito ao Desenvolvimento da ONU.....	39
2.1.5 A Resolução 58/172 de 2004 da Organização das Nações Unidas	43
2.2 O ATUAL CONCEITO E FORMULAÇÃO JURÍDICA DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO	45

2.3 A IMPORTÂNCIA DA PERSPECTIVA TRANSCIVILIZACIONAL SOBRE O DIREITO INTERNACIONAL NA FORMULAÇÃO DO DIREITO DESENVOLVIMENTO	47
2.4 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE EFICÁCIA NA TEORIA GERAL DO DIREITO E NO DIREITO INTERNACIONAL	48
3 A QUESTÃO DOS SUBSÍDIOS AGRÍCOLAS NA RODADA DE DOHA E A EFICÁCIA DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO.....	51
3.1 O TRATAMENTO DOS SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO	54
3.2 FORMAÇÃO DE RELEVANTES COALIZÕES E GRUPOS DE INTERESSE NO ÂMBITO DA RODADA DE DOHA.....	56
3.2 A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS AGRÍCOLAS IMPLEMENTADAS PELOS PAÍSES RICOS E OS NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO NOS PAÍSES POBRES.....	60
3.3 O FRACASSO DAS NEGOCIAÇÕES DA RODADA DE DOHA NA REUNIÃO MINISTERIAL DE CANCÚN (2003) POR CAUSA DO IMPASSE NA RESOLUÇÃO DA QUESTÃO DOS SUBSÍDIOS AGRÍCOLAS	64
3.4 AVANÇOS NA REUNIÃO MINISTERIAL DE HONG KONG, 2005	68
3.5 PERSPECTIVAS PARA A RODADA DE DOHA, QUANTO À QUESTÃO AGRÍCOLA NA FUTURA REUNIÃO MINISTERIAL DE BALI, EM DEZEMBRO DE 2013 E IMPLICAÇÕES NA EFICÁCIA DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO.....	71
CONCLUSÃO	73
REFERÊNCIAS.....	75

INTRODUÇÃO

A Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio não tem contribuído para a efetividade do direito ao desenvolvimento no plano do Direito Internacional Econômico. Apesar de ter sido criada com o propósito de aumentar a riqueza dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos por meio da liberalização do comércio internacional, quebra de subsídios e barreiras alfandegárias e implementação de certas estratégias comerciais globais, a Rodada de Doha avança pouco em seus objetivos e não traz uma contribuição considerável para o efetivo desenvolvimento dos países mais pobres do mundo e melhoria das condições socioeconômicas dessas nações. Nas negociações constata-se, sobretudo, má vontade por parte dos membros da OMC na implementação de estratégias que poderiam contribuir em muito para o incremento na riqueza dos países em desenvolvimento e recusa das nações desenvolvidas em abrir mão de algumas prerrogativas e políticas internas, como os subsídios e as barreiras alfandegárias sobre produtos agrícolas, que, caso fossem mitigadas em prol de um comércio global mais livre, beneficiariam enormemente os países de baixa renda¹.

Criada em 1994, a Organização Mundial do Comércio organiza-se por um sistema de rodadas de negociações². Nessas rodadas desenrola-se uma série de reuniões e conferências, organizadas preferencialmente a cada dois anos³, nas quais representações (delegações) de todos os países membros da Organização Mundial do Comércio reúnem-se em uma cidade previamente determinada a fim de discutir diversos assuntos ligados ao comércio internacional, liberalizar as barreiras

¹ TUSSIE, D.; PEIXOTO, J. Tomorrow never dies? O colapso de Doha e lições da história. **Cadernos Adenauer**, Berlim, n. 9, 2008. 101-113.

² LAMPREIA, L. F. OMC - A Rodada de Doha. **Carta Mensal**, Brasília, 55, n. 652, jul. 2009. p. 65-82.

³ CANESIN, Carlos Henrique. **A influência da política agrícola comum na posição da União Europeia nas negociações agrícolas do sistema multilateral de comércio GATT/OMC: análise comparada das rodadas Uruguai e Doha**. 2009. 117 f. : Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2009, p. 22.

alfandegárias e promover o aumento das trocas comerciais entre os países, promovendo assim, o crescimento do comércio internacional⁴.

A Rodada de Doha, que foi assim batizada por ter sua primeira conferência acontecido na cidade de Doha, Qatar, no ano de 2001⁵, é a última das rodadas de negociações travadas no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Também denominada semi-oficialmente de Programa de Doha para o Desenvolvimento⁶, esse ciclo de negociações atualmente em curso foi gestado com o propósito de erradicar a pobreza e aumentar os níveis de renda e de desenvolvimento humano dos Estados subdesenvolvidos (e em desenvolvimento) por meio da expansão e liberalização do comércio mundial⁷. Não obstante, será que as ambiciosas metas anunciadas para Rodada de Doha, que prometem gerar riqueza e desenvolvimento às nações mais pobres do mundo, estão sendo de fato cumpridas? Será que o direito ao desenvolvimento, surgido no bojo da Organização das Nações Unidas (ONU), positivado como um direito humano fundamental e inalienável não passa de um enunciado meramente programático, ou a criação dessa norma contribuiu para o aumento a renda nos países mais afetados pela miséria, corrupção e pobreza, melhorando a qualidade de vida de seus cidadãos? São essas as indagações que a investigação empreendida visou responder. Nesse aspecto, a pesquisa tem por objeto compreender o papel da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) no que concerne à efetividade do direito ao desenvolvimento no plano do Direito Internacional Econômico. O fenômeno que se investiga é a contribuição das medidas tomadas nas negociações e conferências travadas sob os auspícios da Rodada de Doha da OMC para o aumento da riqueza e efetivo desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, que a Rodada, supostamente, buscou implementar.

⁴ VARELLA, M. D. **Direito Internacional Público**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 478 p.

⁵ LAMPREIA, L. F. OMC - A Rodada de Doha. **Carta Mensal**, Brasília, 55, n. 652, jul. 2009. p. 65-82.

⁶ Optou-se aqui pela utilização do nome “Rodada de Doha”, da terminologia francesa, em vez do nome “Rodada Doha”, originado da tradução do termo em língua inglesa para a língua portuguesa. Na língua francesa utiliza-se o termo *le Cycle de Doha*, ao passo que na terminologia anglo-saxã diz-se *Doha Round*.

⁷ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Atelier sur les analyses récentes concernant le Cycle de Doha. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**, 2010 a. Disponível em: <http://www.wto.org/french/tratop_f/dda_f/wkshop_nov10_f/wkshop_nov10_f.htm>. Acesso em: 23 abr. 2012.

Nesse sentido, a hipótese de pesquisa do trabalho consiste na seguinte sentença declarativa falseável: a Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio não tem contribuído para a efetividade do direito ao desenvolvimento no plano do Direito Internacional Econômico. Conclui-se por essa hipótese porque as medidas que mais beneficiariam os países em desenvolvimento, que a Rodada de Doha visou implementar, como a quebra dos subsídios agrícolas, a diminuição das barreiras alfandegárias, e uniformização das regras sobre propriedade intelectual, não obtiveram adesão da maioria dos membros da OMC e não foram, por esse motivo, implementadas. Esse impasse nas negociações certamente não contribuiu para a facilitação do comércio mundial e não melhorou as condições socioeconômicas nas nações mais pobres. Portanto, a Rodada falhou em sua meta e não se traduziu na eficácia do direito ao desenvolvimento, proposto no âmbito da Organização das Nações Unidas.

Isso considerado, o trabalho acadêmico cinge-se ao ramo do Direito Internacional Público contemporâneo. Mais especificamente, o corte metodológico desta pesquisa jurídica enquadra-se dentro da moldura do Direito Internacional Econômico, tendo como ponto de partida as premissas inerentes a essa disciplina do Direito Internacional.

No tocante à metodologia da pesquisa, as seguintes ideias-chave, pertinentes à disciplina do Direito Internacional Econômico, e, em especial, aos princípios norteadores da atuação da Organização Mundial do Comércio (OMC) despontaram para a construção da análise e o desenvolvimento da hipótese de pesquisa: a) os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos devem receber tratamento mais favorável dentro do sistema da Organização Mundial do Comércio (princípio do tratamento mais favorável)⁸; b) O desenvolvimento e melhoria nas condições de vida dos povos é um elemento norteador da atuação da OMC e das rodadas de negociações entabuladas sob seus auspícios⁹; c) na condução das práticas comerciais um Estado não deve privilegiar um parceiro comercial em prol de outro, da mesma maneira, um Estado não deve adotar medidas que distorçam o equilíbrio

⁸ BROGINI, G. D. **OMC e Indústria Nacional: As Salvaguardas para o Desenvolvimento**. São Paulo: Aduaneiras, 2004; VARELLA, M. D. **Direito Internacional Público**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

⁹ BROGINI, G. D. **OMC e Indústria Nacional: As Salvaguardas para o Desenvolvimento**. São Paulo: Aduaneiras, 2004; VARELLA, M. D. **Direito Internacional Público**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

do comércio internacional e favoreça (princípio da não discriminação)¹⁰; d) a principal meta da Organização Mundial do Comércio é expandir e liberalizar o comércio mundial¹¹.

Assim sendo, tendo em vista o trabalho e sua hipótese, lançou-se mão das seguintes técnicas de pesquisa para a consecução da investigação: a) pesquisa em documentos produzidos nas conferências e reuniões da Rodada de Doha para o Desenvolvimento, que consistem em fontes primárias de pesquisa, tais como declarações ministeriais, resoluções, documentos de trabalho (*working papers*), atas de reuniões, peças processuais e decisões judiciais de contenciosos no âmbito da Organização Mundial do Comércio; b) pesquisa em documentos constitutivos da Organização Mundial do Comércio, a fim de averiguar mais a fundo seus princípios fundantes, suas diretrizes de atuação e seus objetivos a curto, médio e longo prazo; c) estudo de diversos casos do Direito Internacional, Nacional e Estrangeiro que portam relação com o tema de pesquisa, em especial de casos que tratem diretamente do direito ao desenvolvimento e das normas de Direito Internacional criadas a partir dos acordos entabulados nas reuniões de negociação concluídas sobre a rodada de Doha.

Assim sendo, para investigar a questão da eficácia do direito ao desenvolvimento no Direito Internacional na Rodada de Doha para o Desenvolvimento, é preciso, em primeiro lugar, expor quais são os objetivos (a Agenda) da Rodada de Doha, em especial no que toca ao direito ao desenvolvimento. É necessário, outrossim, a realização de um breve estudo sobre a estrutura e o funcionamento da OMC, para fins de contextualização do objeto de pesquisa. Na esteira desse pensamento, faz-se um estudo das negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio sobre os subsídios agrícolas nos países desenvolvidos, verificando-se caso os resultados das discussões representam o atingimento dos objetivos propostos na Agenda Doha e a efetivação do direito ao desenvolvimento. A fim de lançar bases conceituais para a pesquisa, é preciso ao final conceituar direito ao desenvolvimento no plano internacional. Em seguida cumpre fazer um breve esboço sobre o que se entende por eficácia na Teoria Geral do Direito e no Direito Internacional, de forma a se construir um critério

¹⁰ VARELLA, M. D. **Direito Internacional Público**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

¹¹ VARELLA, M. D. **Direito Internacional Público**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

científico para a avaliação da eficácia do direito ao desenvolvimento. A seguir, apresenta-se o conceito de direito ao desenvolvimento no plano internacional e faz-se uma breve síntese sobre a teoria dos direitos humanos e a importância da aplicação da perspectiva transcivilizacional para compreender a eficácia do direito ao desenvolvimento no cenário internacional. Por fim, é útil averiguar a importância da temática agrícola para os países mais pobres, e de que maneira os impasses verificados nas diversas reuniões ministeriais da Rodada de Doha referentes à redução da utilização pelos países desenvolvidos de subsídios e medidas de proteção sobre sua própria produção agrícola têm prejudicado a efetivação do direito ao desenvolvimento.

1 A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO E A RODADA DE DOHA PARA O DESENVOLVIMENTO, SUA AGENDA E SUA PROPOSTA: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO

Criada em 1995 pelo acordo de Marrakech, sob os auspícios da ambiciosa Rodada do Uruguai, do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), a Organização Mundial do Comércio tem por primeira finalidade a expansão e liberalização e do comércio mundial. Pensada desde a criação do sistema de Bretton Woods¹², na década de 40 do século XX¹³, a OMC pauta-se pelo pensamento econômico liberal, seguindo a ideia de que o crescimento e difusão do comércio internacional será capaz de promover a riqueza de todos os países e evitar guerras. Atualmente a OMC conta com cerca de 150 membros, entre Estados e Organizações Internacionais. Todos os países com grande expressividade econômica e política integram a OMC¹⁴. Ano após ano, o número de Estados que solicitam e logram aprovação para integrarem a OMC é crescente.

A OMC é considerada sucessora do GATT, adotando o mesmo sistema de rodadas de negociação sucessivas, nas quais o principal foco é a abertura dos mercados comerciais internacionais, com derrubada de barreiras alfandegárias e tarifárias entre países e celebração de acordos para facilitar as trocas internacionais. De maneira análoga ao GATT, a OMC organiza rodadas de negociação de grande porte nas quais delegações dos países membros reúnem-se em um local predeterminado a fim de discutir as grandes questões do comércio internacional, tencionando quebrar barreiras protecionistas que restringem a economia global.

A Rodada de Doha é rodada mais recente de negociações da Organização Mundial do Comércio. Pelos idos de 1996 e 1997, vigorou a ideia de que dever-se-ia adotar ações e iniciativas de grande envergadura com o intuito de solucionar os

¹² O sistema de Bretton Woods foi criado em 1944 a partir de uma conferência realizada na cidade de Bretton Woods, New Hampshire, na qual delegações de 44 países reuniram-se com o desígnio de pensar uma “nova ordem mundial”, regulando taxas de câmbio, investimentos externos e o comércio internacional. A esse respeito, cf. BORDO, M. D. **A Retrospective on the Bretton Woods System: Lessons for International Monetary Reform**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

¹³ O projeto da OMC não se concretizou naquela época em decorrência da não referendação de seu tratado constitutivo pelo Senado dos EUA.

¹⁴ VARELLA, M. D. **Direito Internacional Público**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 478 p.

grandes problemas mundiais, como a pobreza, fome e AIDS, a serem implementadas até o ano 2000, a virada do milênio. Esse ideal, de adotar medidas de ampla repercussão nessa época de grande relevância simbólica para a humanidade, impulsionou a criação da Rodada de Doha e influenciou a construção sua agenda (objetivos). De fato, a Rodada de Doha foi idealizada antes como “Rodada do Milênio”, simbolizando as tendências das Relações Internacionais da época de sua criação¹⁵.

Adicionalmente, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 serviram de forte estímulo para o lançamento da Rodada de Doha para o Desenvolvimento. Uma vez que os atentados de 11 de setembro decorreram, em certa parte, de um certo ressentimento dos países subdesenvolvidos para com os Estados Unidos, percebido por eles como uma potência dominadora, houve uma conscientização dos atores ligados às nações desenvolvidas de que seria necessário diminuir a imensa desigualdade social, econômica e política existente entre o mundo subdesenvolvido e o desenvolvido. Pensou-se que a diminuição dessa distância poderia diminuir a possibilidade de ocorrência desse tipo de evento no futuro, visto que ao melhorar as condições econômicas nos países pobres, evitar-se-ia também o sentimento de inferioridade e dominação por parte dos países ricos e, assim, uma escalada no terrorismo global. Com efeito, logo em seguida ao ataque terrorista de 11 de setembro a reunião de Doha foi convocada. Esse fato desbloqueou o caminho e mitigou um pouco da resistência, antes intransponível, para as tratativas sobre o estabelecimento da Rodada¹⁶.

Assim sendo, uma vez que a Rodada de Doha é um programa de negociações da Organização Mundial do Comércio, é preciso, a fim analisar a efetividade do direito ao desenvolvimento no âmbito desse ciclo de negociações, traçar breves considerações sobre o funcionamento da OMC, bem como sobre seus princípios e processo de construção histórica, o qual remonta à instituição do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). Após o breve esboço, é necessário discorrer acerca do processo que originou a Rodada de Doha no ambiente da OMC e sobre os objetivos delineados na Agenda de Doha para o Desenvolvimento, estabelecidos no documento que inaugurou oficialmente o início das negociações.

¹⁵ LAMPREIA, L. F. OMC - A Rodada de Doha. **Carta Mensal**, Brasília, 55, n. 652, jul. 2009. p. 65-82.

¹⁶ LAMPREIA, L. F. OMC - A Rodada de Doha. **Carta Mensal**, Brasília, 55, n. 652, jul. 2009. p. 65-82.

1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO E DO ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS E COMÉRCIO (GATT)

Na década de 40 do Século XX, surgiram as primeiras ideias de fundação de uma organização internacional para coordenar e desenvolver o comércio mundial¹⁷. Com o advento das duas Guerras Mundiais, e da destruição econômica e política que a acompanhou, surgiu a necessidade de adotar-se um novo modelo de condução das relações internacionais fundado na cooperação e na integração, e não mais na força¹⁸, a fim de evitar o surgimento de outros conflitos de tal proporção. Nesse contexto, mesmo antes do final da Segunda Guerra Mundial, em 1944, reuniram-se diversos Estados no vilarejo de Bretton Woods, em New Hampshire, Estados Unidos, em uma conferência para tratar da integração econômica entre os países. Entretanto, não se chegou a uma conclusão e as negociações foram postergadas.

Em 1945, após as deliberações de diversos países na Conferência de São Francisco¹⁹, foi definitivamente fundada a Organização das Nações Unidas. No ano seguinte, Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC) adotou diversas resoluções favoráveis à instituição de uma Organização Internacional do Comércio (*International Trade Organization* – ITO)²⁰, entidade cujo objetivo seria de promover maior cooperação comercial global e expandir o sistema multilateral de comércio,

¹⁷ THOMAS, Mitsuo Matsushita; SCHOENBAUM, J. e MAVROIDIS, Petros C. **The World Trade Organization: Law, Practice, and Policy**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

¹⁸ CASTRO, Marcus Faro. De Westphalia a Seattle: A Teoria das Relações Internacionais em Transição. In: SIMON, Samuel (org.). **Um século de conhecimento: arte, filosofia, ciência e tecnologia no século XX**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011; SILVA, Alice Rocha da. **A Cláusula da Nação Mais Favorecida da OMC e a Proliferação dos Acordos Comerciais Bilaterais**. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2006.

¹⁹ A Organização das Nações Unidas, criada a partir da iniciativa das nações vitoriosas na Segunda Guerra Mundial (EUA, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, República Popular da China e Reino Unido), foi primeiramente construída para fins de promoção da segurança coletiva. As primeiras tratativas para o estabelecimento da ONU desenrolaram-se na Conferência de Dumbarton Oaks, ou Conversações de Washington sobre Organização Internacional de Paz e Segurança, em Washington D.C. A Organização foi definitivamente criada em 1944, sob os auspícios da Conferência de São Francisco. Malgrado ter sido inicialmente criada para fins de promoção de paz e defesa coletiva, a ONU ampliou seu escopo de atuação, passando a tratar de desenvolvimento, diversidade cultural, erradicação da fome, entre outros. A esse respeito, cf. VARELLA, M. D. **Direito Internacional Público**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

²⁰ THOMAS, Mitsuo Matsushita; SCHOENBAUM, J. e MAVROIDIS, Petros C. **The World Trade Organization: Law, Practice, and Policy**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

buscando, para esse fim, diminuir as barreiras protecionistas, que restringiam e reduziam o volume das trocas comerciais globais²¹. As negociações desenvolveram-se em diversas etapas: em Lake Success, no Estado de Nova Iorque (EUA), em 1947; em Genebra, também em 1947 e em Havana (Cuba), em 1948 – quando se estabeleceu a Carta da Organização Internacional do Comércio. A negociação do Conselho Econômico e Social de maior relevância foi a concluída em Genebra em 1947, na qual se preparou um tratado multilateral disciplinando princípios comerciais gerais, que veio a ser o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). Visando diminuir as barreiras tarifárias de imediato, os países resolveram desvincular a vigência do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio da ITO (cujas Carta ainda não estava pronta), adotando, para tanto, um Protocolo de Aplicação Provisória a partir de 1948²².

A despeito de todas as negociações relativas à Organização Internacional do Comércio terem sido concluídas, com a finalização de sua Carta em 1948, em Havana, ela nunca chegou a entrar em vigor. A criação da ITO foi apoiada por muitos Estados, mas o apoio dos Estados Unidos da América era crucial. Apesar dos esforços do presidente Harry Truman, a Carta não foi aprovada pelo Congresso Americano, dominado por uma maioria de parlamentares republicanos²³.

1.1.1 O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) de 1947

Dessa forma, a criação da Organização Internacional do Comércio fracassou e o GATT entrou em vigor como instrumento jurídico autônomo. Sem a ITO,

²¹ Esse objetivo está registrado na Resolução E/PC/T/CI/5 do Conselho Econômico e Social da ONU, adotada em 19 de outubro de 1946. Cf. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Memorandum on the Objectives of the International Trade Organization with Respect to Employment. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**. Disponível em: <http://www.wto.org/gatt_docs/English/SULPDF/90210184.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2012.

²² THOMAS, Mitsuo Matsushita; SCHOENBAUM, J. e MAVROIDIS, Petros C. **The World Trade Organization: Law, Practice, and Policy**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

²³ THOMAS, Mitsuo Matsushita; SCHOENBAUM, J. e MAVROIDIS, Petros C. **The World Trade Organization: Law, Practice, and Policy**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

desapareceu um dos “três” pilares do sistema de Bretton Woods, fundado agora exclusivamente sobre o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio preencheu rapidamente o vácuo deixado. Inicialmente idealizado com um acordo de regras gerais para a limitação de tarifas no comércio internacional, nos termos de seu artigo 2º²⁴, o GATT expandiu-se, sendo acrescentados a ele outros acordos com o intuito de ampliar sua abrangência para assuntos não tarifários e comerciais em geral.

Durante o período em que esteve em vigor o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, foram concluídas as seguintes oito rodadas de negociações: Genebra (Suíça), no ano de 1947; Annecy (França), no ano de 1949; Torquay (Reino Unido), entre os anos 1950 e 1951; Genebra (Suíça), entre os anos de 1955 e 1956; Dillon (Suíça), entre os anos de 1960 a 1961; Kennedy (Suíça), entre os anos de 1964 a 1967; Tóquio (Japão), entre os anos de 1973 a 1979 e Uruguai, entre os anos de 1986 a 1994²⁵. Ao todo, essas rodadas de negociações tiveram como resultado uma redução em 40% das tarifas de importação mundiais, além de firmação de ajustes em setores não-tarifários relacionados ao comércio, com acordos sobre propriedade intelectual e agricultura²⁶.

Posteriormente, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio expandiu-se de tal maneira, englobando tal quantidade de membros, que se transformou em uma organização internacional de fato, malgrado ter se formado apenas como um acordo temporário. Entretanto, essa instituição “*de facto*” mostrou-se extremamente fragmentada, calcada em um sem-número de sub-acordos. Como a moldura de condução de negociações no âmbito do GATT era maleável, tais pequenos acordos eram negociados entre membros de forma particular, sendo que uns aderiam aos ajustes, e outros não. Além disso, devido à possibilidade de oposição de reservas a

²⁴ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. The General Agreement on Tariffs and Trade (GATT 1947). **Sítio da Organização Mundial do Comércio**. Disponível em:

<http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/gatt47_01_e.htm - article1>. Acesso em: 10 nov. 2012.

²⁵ CANESIN, Carlos Henrique. **A influência da política agrícola comum na posição da União Europeia nas negociações agrícolas do sistema multilateral de comércio GATT/OMC: análise comparada das rodadas Uruguai e Doha**. 2009. 117 f. : Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2009, p. 23 ; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. The GATT years: from Havana to Marrakesh. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/fact4_e.htm>. Acesso em: 11 nov. 2012.

²⁶ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Marrakesh Declaration of 15 April 1994. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**, 2012. Disponível em: <https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/marrakesh_decl_e.htm>. Acesso em: 10 nov. 2012.

cláusulas individuais e à divisão das negociações, certas disposições valiam apenas para alguns Estados. Assim, gerou-se uma moldura jurídica caótica. Extremamente complexo e cuidadosamente construído, o texto legal base do GATT, em vigor desde 1947, sofreu uma extensão por intermédio de inúmeras provisões, acordos especiais, interpretações, exceções, relatórios de painéis de solução de controvérsias²⁷, vindo a se tornar um sistema fragmentado. Diante disso surgiu a necessidade de criação de uma organização internacional, que veio a ser a Organização Mundial do Comércio, estruturada nos mesmos moldes do GATT, com um estatuto mais compreensivo e unificado, a fim de possibilitar a continuidade da expansão do sistema multilateral de comércio internacional e a progressiva abertura dos mercados. Nas negociações da Rodada do Uruguai, a última da existência do GATT (enquanto organização internacional “de fato”), a proposta de conversão do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio em Organização Internacional do Comércio veio finalmente à tona, sendo adotada com ampla adesão.

1.1.2 A Declaração de Marrakech de 1994 – Organização Mundial do Comércio

O documento que definitivamente deu origem à Organização Mundial do Comércio, conferindo-lhe personalidade jurídica perante o Direito e Internacional, foi a Declaração de Marrakech de 1994. Documento de fechamento das negociações da Rodada do Uruguai do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), a Declaração instituiu, em caráter definitivo, a Organização Mundial do Comércio como uma organização internacional sucessora do sistema de negociação multilateral de comércio (e aspectos relacionados ao comércio) estabelecido pelo GATT²⁸. É importante analisar o documento da Declaração de Marrakech porque,

²⁷ HOEKMAN, B. The WTO: Functions and Basic Principles. In: HOEKMAN, B.; MATTOO, A.; ENGLISH, P (ed.). **Development, Trade, and the WTO: a Handbook**. Washington D.C.: The World Bank, 2002.

²⁸ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Marrakesh Declaration of 15 April 1994. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**, 2012. Disponível em: <https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/marrakesh_decl_e.htm>. Acesso em: 10 nov. 2012.

além de ser o instrumento que conferiu base jurídica à Organização Mundial do Comércio, a compreensão de seus termos é útil para a investigação sobre a busca pelo desenvolvimento manifestada na Rodada de Doha da OMC – e se essa busca efetivou-se ou não na prática.

Assinada em 15 de abril de 1994, na cidade Marrakech, capital do país norte-africano Marrocos, a Declaração do Acordo da Rodada do Uruguai foi assinada por 124 governos, e também pelas Comunidades Europeias²⁹, o que significa que a maioria dos Estados existentes na época apoiou a criação da Organização Mundial do Comércio. Concluída como resultado da última sessão do Comitê de Negociações sobre Comércio (*Trade Negotiations Committee*), entre 12 a 15 de abril de 1994, a Declaração consistiu na manifestação escrita dos principais tópicos negociados pelas delegações dos países ao longo dos ciclos de negociações da Rodada do Uruguai, iniciada em 20 de setembro de 1986. Conforme registrado no preâmbulo da Declaração, embora ela tenha sido adotada em 15 de abril de 1994, as negociações para a fundação da OMC já tinha sido concluídas desde dezembro de 1993. Destarte, a Declaração de Marrakech representa o fechamento de 18 anos de negociações no âmbito do GATT³⁰.

No último item do preâmbulo da Declaração também registra-se o comprometimento com políticas de liberalismo econômico e um sistema de livre mercado no âmbito do comércio internacional³¹, inclinação axiológica que foi herdada do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, e continuou sendo seguida pela OMC, consistindo na diretriz central da Organização³². A Declaração de Marrakech positiva, dessa maneira, a ideia liberal adotada pela Organização Mundial do Comércio.

A Declaração de 1994 (mais especificamente em seu segundo parágrafo) consigna que a criação da Organização Mundial do Comércio inaugura uma nova

²⁹ Também conhecida como União Europeia.

³⁰ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Marrakesh Declaration of 15 April 1994. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**, 2012. Disponível em: <https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/marrakesh_decl_e.htm>. Acesso em: 10 nov. 2012.

³¹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Marrakesh Declaration of 15 April 1994. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**, 2012. Disponível em: <https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/marrakesh_decl_e.htm>. Acesso em: 10 nov. 2012.

³² HOEKMAN, B.; MATTOO, A.; ENGLISH, P. **Development, Trade, and the WTO: a Handbook**. Washington D.C.: The World Bank, 2002; VARELLA, M. D. **Direito Internacional Público**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Marrakesh Declaration of 15 April 1994. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**, 2012. Disponível em: <https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/marrakesh_decl_e.htm>. Acesso em: 10 nov. 2012.

era de cooperação em âmbito global, refletindo o interesse dos países em fomentar um sistema de comércio mundial baseado no multilateralismo e no livre mercado. Acreditou-se que, assim, atingir-se-ia o maiores níveis de bem estar para todos os povos, pois o multilateralismo e livre comércio, com o crescimento no volume de trocas daí advindo, propiciaria benefícios para todos os países³³. Seguiu-se nesse sentido, a teoria político-econômica de Adam Smith, que veiculava a ideia de que o um mercado livre e sem restrições e regulamentações que distorcessem a sua finalidade, iria resultar nos maiores níveis de riqueza, produtividade e bem estar possíveis, trabalhando como uma verdadeira “mão invisível” de maneira a estabelecer um perfeito equilíbrio econômico³⁴.

Por outro lado, a Declaração rejeitou as políticas protecionistas, independentemente dos motivos para os quais foram criadas, e estabeleceu uma meta de eliminá-las gradualmente. Ressaltou-se, no primeiro parágrafo da parte dispositiva da Declaração, as principais conquistas atingidas durante a Rodada do Uruguai, a saber: i) redução global as tarifas de importação em cerca de 40% e maior abertura dos mercados para a importação de produtos estrangeiros; ii) adoção de um sistema jurídico, com maior coercibilidade e clareza, para a condução do comércio internacional; iii) criação de mecanismos jurídicos internacionais para a proteção de aspectos relacionados ao comércio, como sistema de proteção de propriedade intelectual, comércio nos serviços e disposições multilaterais sobre agricultura, têxteis e vestuário³⁵.

A Declaração de Marrakech apontou, ademais, para a integração entre a OMC e as organizações internacionais a fim a de conferir maior coerência e uniformidade para as políticas promovidas em âmbito global. Particularmente, no artigo terceiro do documento, os signatários registraram seu comprometimento estabelecer uma cooperação entre a Organização Mundial do Comércio e as instituições criadas em Bretton Woods, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Tencionava-se assim, assegurar maior

³³ CENTER FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT AT HARVARD UNIVERSITY. **Development Summary**. Global Trade Negotiations Home Page. Disponível em:

<<http://www.cid.harvard.edu/cidtrade/issues/development.html>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

³⁴ SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Vol. II. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 567.

³⁵ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Marrakesh Declaration of 15 April 1994. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**, 2012. Disponível em: <https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/marrakesh_decl_e.htm>. Acesso em: 10 nov. 2012.

uniformidade nos ramos de comércio, dinheiro e finanças do Direito Internacional³⁶, para consecução de objetivos comuns e impedimento de decisões conflitantes entre as instituições.

1.1.3 A Transição do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) para a Organização Mundial do Comércio (OMC)

Após a Declaração de Marrakech de 1994, que estabeleceu a transição do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) para a Organização Mundial do Comércio, a base jurídica desta organização expandiu-se consideravelmente. Hoje o funcionamento da OMC é norteado por quase uma centena de tratados, que estabelecem tanto provisões genéricas como técnicas sobre o comércio e sobre aspectos relacionados ao comércio³⁷. Desses documentos legais, pode-se destacar alguns de maior impacto no comércio global: o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), o Acordo Relativo aos Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS), e o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS)³⁸.

Muito embora tenha a OMC herdado todos os regulamentos jurídicos e documentos do GATT, sendo sua verdadeira sucessora, existem diferenças importantes entre os dois sistemas multilaterais de comércio. O GATT e a OMC são semelhantes em praticamente tudo: ambos são fóruns de negociações nas quais o grupo de membros reúne-se para discutir tópicos relevantes no comércio internacional, são norteados pelos mesmos princípios basilares e adotam acordos e resoluções, teoricamente, por meio de consenso. Todavia, a primeira evidente diferença é que o escopo de atuação da Organização Mundial do Comércio é bem

³⁶ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Marrakesh Declaration of 15 April 1994. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**, 2012. Disponível em: <https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/marrakesh_decl_e.htm>. Acesso em: 10 nov. 2012.

³⁷ VARELLA, M. D. **Direito Internacional Público**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

³⁸ HOEKMAN, B.; MATTOO, A.; ENGLISH, P (ed.). **Development, Trade, and the WTO: a Handbook**. Washington D.C.: The World Bank, 2002.

maior, englobando não somente acordos sobre barreiras alfandegárias e tarifárias, como fazia o GATT, mas também acordos sobre o comércio internacional em geral e, com efeito, acordos sobre aspectos relacionados ao comércio, como propriedade intelectual e serviços (nesse particular, o impacto das diretivas da OMC sobre propriedade intelectual, com o TRIPS, e serviços, com o GATS, é enorme³⁹). Outra grande diferença é que os acordos firmados sob os auspícios da OMC são *single undertaking*⁴⁰, é dizer, todos os itens da negociação são parte de um pacote indivisível em relação ao qual não se pode aceitar separadamente uma parte ou opor reservas⁴¹, ou, como define o Secretariado da OMC, “não se concorda com nada até que se concorde com tudo”⁴². Ou seja, todos os dispositivos dos acordos da Organização aplicam-se a todos os membros indistintamente. Já antigo sistema do GATT, havia flexibilidade considerável nas negociações: países poderiam optar por não aderir a disciplinas que não eram de seu interesse, o que significava na prática que muitos acordos polêmicos, por exemplo, os sobre subsídios e inspeção alfandegária⁴³, não vigoravam em muitos países, em especial em alguns países em desenvolvimento, que enxergavam essas tratativas com desconfiança e optavam por não tomar parte nelas. Uma outra diferença é com relação ao sistema de resolução de controvérsias, de funciona de maneira mais ágil e “automática” no âmbito da OMC, a qual conta com um órgão de sistema de solução de disputas autônomo e independente – o Organismo de Solução de Controvérsias (OSC)⁴⁴.

O funcionamento da Organização Mundial do Comércio, assim como o do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, é baseado em um paradigma de rodadas de discussões/negociações, nas quais todos os membros estabelecem diretrizes a

³⁹ HOEKMAN, B.; MATTOO, A.; ENGLISH, P (ed.). **Development, Trade, and the WTO: a Handbook**. Washington D.C.: The World Bank, 2002.

⁴⁰ Na língua portuguesa, a expressão poderia ser traduzida, grosso modo, como “cometimento único” (tradução própria), sinalizando o significado do termo de que os itens da negociação devem ser aceitos na sua integralidade ou não aceitos.

⁴¹ PATEL, Chandrakant. **Single Undertaking: a straitjacket or variable geometry?** Trade-Related Agenda, Development and Equity (T.R.A.D.E): Working Papers. Genebra: South Centre, Maio 2003

⁴² ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. How the negotiations are organized. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**. Disponível em:

<http://www.wto.org/english/tratop_e/dda_e/work_organ_i_e.htm>. Acesso em: 10 nov. 2012.

⁴³ GOLDSTEIN Judith L.; RIVERS Douglas; e TOMZ Michael. Institutions in International Relations: Understanding the Effects of the GATT and the WTO on World Trade. **International Organization**, Cambridge, n. 61, 2007, p. 37-67; HOEKMAN, B. The WTO: Functions and Basic Principles. In: HOEKMAN, B.; MATTOO, A.; ENGLISH, P (ed.). **Development, Trade, and the WTO: a Handbook**. Washington D.C.: The World Bank, 2002.

⁴⁴ HOEKMAN, B. The WTO: Functions and Basic Principles. In: HOEKMAN, B.; MATTOO, A.; ENGLISH, P (ed.). **Development, Trade, and the WTO: a Handbook**. Washington D.C.: The World Bank, 2002.

serem cumpridas em determinado período de tempo, registradas em uma Declaração (por exemplo, a Declaração de Doha). Os membros da OMC reúnem-se a cada dois anos em Reuniões Ministeriais, que são, via de regra, as cúpulas decisórias mais elevadas no âmbito da Organização, responsáveis pela definição de políticas e do diretrizes do comércio global, bem como de aspectos relacionados ao comércio⁴⁵.

1.1.4 O desenvolvimento no âmbito da Declaração de Marrakech de 1994 da Organização Mundial do Comércio

A transição do GATT para a OMC representou uma grande reviravolta para os países em desenvolvimento. Pela primeira vez, as nações pobres tomaram um papel de protagonismo no sistema multilateral de comércio. Sob os auspícios do GATT, em especial antes da Rodada do Uruguai, os países em desenvolvimento atuavam de forma defensiva em relação às grandes potências comerciais. Nos quarenta anos após a criação do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, os países em desenvolvimento (ou de “terceiro mundo”) não percebiam a instituição como amigável, e mantinham uma postura de desconfiança com relação a ela. Embora fossem signatários do GATT, atuavam apenas como espectadores das discussões.

Com o advento da OMC, esse cenário mudou. A partir da Declaração de Marrakech, o assunto do desenvolvimento e os interesses dos países mais pobres passaram a fazer parte da linguagem utilizada no sistema de comércio internacional. Os países subdesenvolvidos passaram a atuar de forma mais ativa, demonstrando, a partir daí, a vontade em integrar o novo sistema de multilateralismo e participar

⁴⁵ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **The Sixth WTO Ministerial Conference**. Sítio da Organização Mundial do Comércio. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min05_e/min05_e.htm>. Acesso em: 15 abr. 2013.

das tratativas delineadas nos acordos da Organização Mundial do Comércio, e em não mais serem meros ouvintes e espectadores do processo⁴⁶.

A busca pelo desenvolvimento foi colocada pela Declaração da 4ª Conferência Ministerial da OMC como um importante elemento norteador da atividade da Organização Mundial do Comércio. No artigo quinto do documento, estabeleceu-se que o resultado das negociações no âmbito da Organização deveriam estabelecer tratamento diferenciado e mais favorável aos países em desenvolvimento, em especial aos países menos desenvolvidos. Ademais, o dispositivo legal assinalou que o tratamento mais favorável deveria ser estendido de forma contínua às nações menos favorecidas enquanto elas dele necessitassem, contribuindo para a expansão de suas oportunidades comerciais e, via de consequência, para seu desenvolvimento econômico. Dessa forma, a disposição de tratamento diferenciado aos países em desenvolvimento transmutou-se em um dos princípios centrais da atuação Organização Mundial do Comércio⁴⁷.

Portanto, os países em desenvolvimento alcançaram uma posição de maior protagonismo no âmbito do comércio internacional, passando da exclusão para a influência⁴⁸.

⁴⁶ NARLIKAR, Amrita. **International trade and developing countries**: bargaining and coalitions in the GATT and WTO. London; New York: Routledge, 2003. Xviii, p. 188-190; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Marrakesh Declaration of 15 April 1994. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**, 2012. Disponível em:

<https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/marrakesh_decl_e.htm>. Acesso em: 10 nov. 2012.

⁴⁷ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Principles of the trading system. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**. Disponível em:

<http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/fact2_e.htm>. Acesso em: 10 nov. 2012; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Marrakesh Declaration of 15 April 1994. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**, 2012. Disponível em:

<https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/marrakesh_decl_e.htm>. Acesso em: 10 nov. 2012.

⁴⁸ TUSSIE, Diana; LENGUEL, Miguel F. Developing Countries: Turning Participation into Influence. In: HOEKMAN, B.; MATTOO, A.; ENGLISH, P (ed.). **Development, Trade, and the WTO**: a Handbook. Washington D.C.: The World Bank, 2002.

1.2 A RODADA DE DOHA DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

Em 1999, a Organização Mundial do Comércio realizou a sua Terceira Reunião Ministerial, na cidade de Seattle, nos Estados Unidos. Conduzida em meio a grandes protestos populares que tinham por alvo a suposta parcialidade da OMC em prol dos interesses das elites dos países ricos e de uma globalização vista como destrutiva⁴⁹, a Reunião pôs como ordem do dia a proposta de lançamento de um novo ciclo de negociações intitulado “Rodada do Milênio de Seattle”⁵⁰, inspirada na euforia da proximidade com o novo milênio, que forneceu terreno fértil para a formulação de propostas e metas ambiciosas para mitigar os grandes problemas do mundo, a serem perseguidas a partir desse novo marco zero. Entretanto, a Organização fracassou na tentativa de lançamento da rodada, não tanto por causa do inconformismo popular, mas sim por motivos internos, mormente porque os membros presentes não conseguiram chegar a um acordo sobre os objetivos do ciclo de negociações⁵¹. Relatou-se, outrossim, que na Reunião Ministerial de Seattle diversos países em desenvolvimento e outros grupos foram alijados do processo de negociações. Criticou-se que a tomada de decisões dava-se de forma pouco

⁴⁹ Calcula-se que cerca de 40 mil protestantes tenham reunido-se em frente ao Washington State and Convention Center em Seattle, Washington. Apelidados de “N30”, os manifestantes protestavam contra as instituições que acreditavam que representassem a globalização econômica, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio. O evento teve como repercussão a prisão de 157 pessoas, US\$ 250.000 em fianças pagas e a renúncia do chefe de polícia de Seattle.

⁵⁰ PEDDE, Igor Pochmann. **A posição do Brasil nas negociações multilaterais da Rodada de Doha (OMC) e o setor agrícola**. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2009.

⁵¹ SCHOTT, Jeffrey J., **The WTO After Seattle**. Institute for International Economics: Dupont Circle, 2000.

transparente, a portas fechadas, em “salas verdes”⁵², nas quais figuravam somente alguns poucos países economicamente dominantes⁵³.

Entre 9 e 14 de novembro de 2001, por ocasião da Quarta Reunião Ministerial⁵⁴ da Organização Mundial do Comércio, ocorrida na cidade de Doha, Catar, foi adotada, como documento final das deliberações, a Declaração Ministerial de Doha, dando origem, oficialmente, à Rodada de Doha para o Desenvolvimento. Ao todo, 123 países aderiram ao documento inaugural da Rodada, o maior índice de participação em uma rodada de negociações desde a criação do GATT e sua posterior conversão em OMC. A Declaração assinalou todas as metas da Rodada, conferindo prazo máximo para conclusão das tratativas e implementação das novas políticas em até 1º de janeiro de 2005, devido ao nível de urgência com que as questões eram decididas⁵⁵, com exceção das negociações sobre o entendimento de resolução de disputas e sobre o sistema regional de indicações geográficas, previstas para conclusão na Quinta Conferência Ministerial da OMC, em 2003⁵⁶.

⁵² O termo “sala verde” advém originariamente do teatro inglês e refere-se a uma sala localizada na parte dos fundos do teatro onde artistas poderiam receber visitantes de forma reservada. No contexto do GATT a “sala verde” remetia a uma sala de conferência anexa ao escritório do Diretor Geral na antiga construção do Secretariado do GATT, que hoje abriga o Secretariado da OMC. A esse respeito, cf. a nota de rodapé número 144 de FOOTER, Mary. **An Institutional And Normative Analysis of the World Trade Organization**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2006, p. 167.

⁵³ FOOTER, Mary. **An Institutional And Normative Analysis of the World Trade Organization**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2006, p. 113; CENTER FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT AT HARVARD UNIVERSITY. **Development Summary**. Global Trade Negotiations Home Page. Disponível em: <<http://www.cid.harvard.edu/cidtrade/issues/development.html>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

⁵⁴ Na Quarta Conferência Ministerial, além da Declaração Ministerial de Doha, também foram acordados os seguintes temas: (i) declaração sobre o acordo TRIPS e sobre saúde pública, (ii) questões sobre a aplicação de acordos relacionados com a extensão de subsídios – parágrafo 4º do artigo 27 do acordo de subvenções e medidas compensatórias, a determinados países em desenvolvimento, (iii) questões relativas à União Europeia: regime de transição para importação de bananas e acordo de parceria entre a União Europeia e os países ACP. Cf. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. The Fourth WTO Ministerial Conference. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**. Disponível em:

<http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min01_e/min01_e.htm>. Acesso em: 11 nov. 2012.

⁵⁵ CHO, Sungjoon. Demise of Development in the Doha Round Negotiations. In: **Texas International Law Journal**, Austin, v. 45, n. 573, 2010, p. 577.

⁵⁶ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Doha Declarations**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/ddec_e.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2012.

1.2.1 Os Objetivos (Agenda) da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio

As delegações ministeriais presentes na 4ª Reunião Ministerial de Doha da OMC acordaram que o principal objetivo do Programa seria promover o desenvolvimento das economias pouco avançadas por meio da liberalização e facilitação do comércio internacional. Nesse sentido, o parágrafo segundo da Declaração Ministerial de Doha, documento que inaugurou as rodadas de negociações de Doha e definiu seus objetivos e temas a serem negociados, expõe claramente a meta de assegurar a melhoria das condições socioeconômicas dos países subdesenvolvidos por meio do comércio internacional. Diz-se que a Rodada de Doha, a primeira cujo foco era supostamente o fomento ao desenvolvimento pela via da facilitação comércio, consistiu em uma resposta às crescentes críticas de que a OMC não reconhecia o suficiente as necessidades dos países pobres⁵⁷. Assim, ministros presentes na Reunião Ministerial de Doha afirmaram que procurariam posicionar os interesses dos países em desenvolvimento no “coração” da Rodada⁵⁸. O documento inaugural permite, em diversos momentos, vislumbrar o foco desenvolvimentista estabelecido para as negociações da Rodada⁵⁹.

Dentro da moldura de promoção do desenvolvimento por meio do fortalecimento do comércio mundial, baseada na premissa liberal adotada pela Organização Mundial do Comércio, a Declaração Ministerial de Doha elencou como tema prioritário o estabelecimento do equilíbrio no mercado internacional de produtos agrícolas, com eliminação das distorções existentes. Pode-se perceber a importância destacada ao comércio agrícola global pois ele é um dos primeiros

⁵⁷ CENTER FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT AT HARVARD UNIVERSITY. **Development Summary**. Global Trade Negotiations Home Page. Disponível em: <<http://www.cid.harvard.edu/cidtrade/issues/development.html>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

⁵⁸ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **The Doha Round**. Sítio da Organização Mundial do Comércio. Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/dda_e/dda_e.htm>. Acesso em: 15 abr. 2013.

⁵⁹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Ministerial declaration. **Sítio da organização mundial do comércio**, 2012. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min01_e/mindecl_e.htm>. Acesso em: 2012.

assuntos postos na pauta de negociações⁶⁰. Reconheceu-se que a agricultura é de suma importância para os países em desenvolvimento. Para isso, a Declaração Ministerial estabeleceu os seguintes tópicos a serem tratados nas negociações: (i) substancial redução, com vistas à eliminação, de todos os subsídios de exportação de produtos agrícolas; (ii) substancial redução na assistência doméstica conferida pelos países a seus produtores agrícolas nacionais, com vistas à eliminação de distorções no comércio internacional; (iii) tratamento diferenciado no comércio agrícola mundial em prol dos países subdesenvolvidos; (iv) aumento da segurança assuntos relacionados à agricultura não necessariamente vinculados ao comércio internacional⁶¹. Reconheceu-se que as negociações nesse sentido iniciaram-se em 2000 e deveriam ser concluídas até 2003, no máximo⁶².

Além a questão central sobre agricultura, o programa de trabalho delineado na Declaração Ministerial de Doha contemplou também os seguintes tópicos: (i) serviços – item 15; (ii) acesso ao mercado para produtos não agrícolas – item 16; (iii) aspectos de propriedade intelectual relacionados ao comércio – itens 17 a 19; (iv) relação entre investimentos e comércio – itens 20 a 22; (v) interação entre comércio e políticas de competitividade – itens 23 a 25; (vi) transparência governamental nas contratações públicas – item 26; (v) facilitação do comércio – item 27; (vi) regras da OMC – itens 28 e 29; (vi) entendimento de resolução de disputas; (vii) meio ambiente e comércio – itens 31 a 33; (viii) comércio eletrônico – item 34; (ix) pequenas economias – item 35; (x) comércio, dívida e finanças – item 36; (xi) comércio e transferência de tecnologia – item 37; (xii) cooperação técnica e criação de capacidade – itens 38 a 41; (xiii) países menos desenvolvidos (PMD) – itens 42 e 43; (xiv) tratamento especial e diferenciado – item 44; (xv) organização e gestão do

⁶⁰ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Ministerial declaration. **Sítio da organização mundial do comércio**, 2012. Disponível em:

<http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min01_e/mindecl_e.htm>. Acesso em: 2012.

⁶¹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Ministerial declaration. **Sítio da organização mundial do comércio**, 2012. Disponível em:

<http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min01_e/mindecl_e.htm>. Acesso em: 2012.

⁶² ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Ministerial declaration. **Sítio da organização mundial do comércio**, 2012. Disponível em:

<http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min01_e/mindecl_e.htm>. Acesso em: 2012.

programa de trabalho – itens 45 a 52⁶³. Ao todo, são 21 assuntos estabelecidos na Declaração⁶⁴.

As negociações da Rodada de Doha para o Desenvolvimento iniciaram-se na Quarta Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio. Reuniões ministeriais subsequentes deram-se em Cancún (México), em 2003; Hong Kong (China), em 2005; Paris (França), em 2005; Potsdam (Alemanha), em 2007, e em Genebra (Suíça), em 2008⁶⁵. Apesar do transcurso do lapso de 11 anos desde sua criação, as negociações da Rodada de Doha estendem-se até hoje, sem qualquer previsão de conclusão. O prazo máximo de conclusão de todas as negociações, estabelecido para 1º de janeiro de 2005, foi descumprido⁶⁶. A Organização Mundial do Comércio encontra sérios impasses para fazer avançar as discussões relacionadas aos pontos mais polêmicos da Agenda de Doha, notadamente, a questão da redução substancial dos subsídios agrícolas que distorcem o comércio internacional e o tratamento diferencial a países em desenvolvimento, delineados no item 13 da Declaração Ministerial de Doha⁶⁷. Malgrado o sucesso na negociação da maior parte dos pontos da Programa de Doha, como propriedade intelectual, facilitação do comércio, e transparência nas contratações governamentais, a falta de entendimento entre os Estados quanto os tópicos agrícolas prejudica a finalização definitiva da Rodada.

⁶³ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Doha Ministerial Declaration. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**, 2012. Disponível em:

<http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min01_e/mindecl_e.htm>. Acesso em: 11 nov. 2012.

⁶⁴ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. The Doha Declaration explained. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**. Disponível em:

<http://www.wto.org/english/tratop_e/dda_e/dohaexplained_e.htm>. Acesso em: 11 nov. 2012.

⁶⁵ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. The Doha Declaration explained. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**. Disponível em:

<http://www.wto.org/english/tratop_e/dda_e/dohaexplained_e.htm>. Acesso em: 11 nov. 2012.

⁶⁶ CANESIN, Carlos Henrique. **A influência da política agrícola comum na posição da União Europeia nas negociações agrícolas do sistema multilateral de comércio GATT/OMC: análise comparada das rodadas Uruguai e Doha**. 2009. 117 f. : Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2009, p. 29.

⁶⁷ PEDDE, Igor Pochmann. **A posição do Brasil nas negociações multilaterais da Rodada de Doha (OMC) e o setor agrícola**. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2009.

2 CONCEITO DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO E SUA EFICÁCIA: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO

A análise das repercussões da Rodada de Doha na eficácia do direito ao desenvolvimento deve passar, logicamente, pela análise do próprio direito ao desenvolvimento, de suas origens e de seu processo de construção jurídica e axiológica como um direito humano fundamental e um valor a ser observado na comunidade internacional. Nesse sentido, é necessário contextualizar o direito ao desenvolvimento, expondo suas origens e seu percurso histórico e explicitando os primeiros atos no plano internacional que culminaram na construção jurídica e antropológica desse direito.

A ideia de desenvolvimento permeia amplamente a atual visão de mundo⁶⁸. A busca pelo desenvolvimento é um valor de alta relevância na atual comunidade internacional, sendo elemento presente em grande parte das discussões e negociações internacionais, bem como na produção acadêmica dos principais centros de pesquisa em Direito Internacional em todo o mundo. Por toda a parte, ouve-se falar em desenvolvimento e na necessidade de garanti-lo, em caráter urgente.

2.1 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento e, em especial, o direito ao desenvolvimento nem sempre ocupou um papel tão destacado nas relações internacionais e no Direito Internacional. O processo de construção da ideia de desenvolvimento e do direito que dela advém ocorreu de forma bastante gradual e tímida a partir do final da

⁶⁸ FURTADO, Celso. Retorno à visão global de Perroux e Prebisch. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p. 296-304, jan-jul 2012.

Segunda Guerra Mundial, por meio da elaboração de tratados e outros instrumentos jurídicos internacionais que buscaram mais ou menos dar forma ao direito ao desenvolvimento, definir o que ele é e, de maneira limitada, o que é preciso para implementá-lo. Nesse aspecto, é necessário caracterizar as conferências, negociações, resoluções e tratados mais importantes do processo de construção do direito ao desenvolvimento desde a segunda metade do Século XX, explicitando a contribuição que esses momentos tiveram para a formação da noção de desenvolvimento que se tem hoje, bem como do conceito de direito ao desenvolvimento no Direito Internacional Contemporâneo.

Historicamente, tendências para a formação do atual o sistema de assistência ao desenvolvimento podem ser observadas a partir da década de 1950⁶⁹. O século XX foi marcado por guerras, disputas políticas, grandes transformações sociais e tecnológicas e, em especial, por políticas de colonização, em especial sobre países africanos e asiáticos. A partir da segunda metade do século XX, entretanto, especialmente devido à nova conjectura das relações internacionais no período pós Segunda Guerra Mundial, marcada pelo conflito político e econômico entre as duas superpotências hegemônicas da época, os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o que veio a ser conhecido como Guerra Fria, as políticas coloniais, vigentes desde a metade do século XIX, perderam grandemente sua força⁷⁰. Consequentemente, o processo de descolonização resultante originou, em um curto período de tempo, dezenas de novos Estados economicamente, socialmente e politicamente desestruturados, carentes de assistência para o desenvolvimento.

Ademais, despontou na comunidade internacional uma tendência de universalizar os direitos humanos, estendendo-o a todos os povos e nações. A violência e barbárie experimentadas no século XX, com a mortandade das duas Grandes Guerras e as atrocidades cometidas pelos nazistas contra povos que consideravam inferiores motivaram ações por parte da sociedade internacional no

⁶⁹ BIGIRA, Jean Paul Segihobe. **Le droit au développement dans le contexte de la mondialisation** : ambiguïté, obsolescence et contradictions. Travail présenté au cours du Séminaire interdisciplinaire sur la Mondialisation et Droits de l'Homme dans le cadre du DES en Droits de l'Homme/UCL/Belgique. Disponível em : <http://www.dhdi.free.fr/recherches/gouvernance/articles/segihobemondialisation.htm>. Acesso em : 06 nov. 2012.

⁷⁰ BICALHO, Leticia Canêdo. **A descolonização da Ásia e da África**. São Paulo: Atual, 1994.

sentido de evitar flagrantes violações à vida e dignidade de povos inteiros. Nesse contexto, os direitos humanos surgiram como um norte ético⁷¹ para a condução das relações internacionais, configurando um conjunto de valores a serem observados pelas nações independentemente de sua ideologia nacional ou política externa; uma salvaguarda contra atitudes que lesam a noção de dignidade humana. Com o sistema de direitos humanos desenvolvido após o final da segunda guerra mundial, montou-se um arcabouço jurídico que objetivava evitar que atrocidades como o nazismo e o totalitarismo nunca mais surtissem no mundo.

2.1.1 A Conferência de Bandung (Conferência Afro-Asiática) de 1955

Entre os dias 18 a 24 de abril de 1955, 29 países e colônias dos continentes africano e asiáticos reuniram-se na cidade de Bandung, na Indonésia, para discussão de assuntos de interesse mútuo e cooperação ente si, originando a Conferência de Bandung ou Conferência Afro-Asiática⁷². O evento ocorreu a partir do convite feito pelo primeiros ministros de Burma, Ceilão, Índia, Indonésia e Paquistão aos demais 24 Estados participantes, para que se reunissem em uma cúpula com o objetivo de traçar estratégias de cooperação e atuação conjunta entre os países da África e Ásia, com base em seus interesses e metas comuns.

A Conferência de Bandung revelou os primeiros indícios de articulação dos países africanos e asiáticos para a resolução de suas questões comuns⁷³. Após as negociações, as delegações presentes aprovaram a resolução final da Conferência. Nela, registrou-se a urgência de se fomentar a cooperação entre os países

⁷¹ PIOVESAN, Flávia. Direito ao Desenvolvimento: Desafios Contemporâneos. In: PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado Soares (Coord.). **Direito ao Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

⁷² Todos os países que participaram da Conferência de Bandung: Reino do Afeganistão, Burma, Reino do Camboja, Ceilão (atual Sri Lanka), República Popular da China, Chipre, República do Egito, Império da Etiópia, Índia, Indonésia, Estado Imperial do Irã, Reino do Iraque, Japão, Jordânia, Reino do Laos, Líbano, Libéria, Reino da Líbia, Reino do Nepal, Paquistão, Filipinas, Arábia Saudita, República Síria, Sudão, Tailândia, Turquia, República Democrática do Vietnã, Estado do Vietnã e Reino do Iêmen.

⁷³ BICALHO, Leticia Canêdo. **A descolonização da Ásia e da África**. São Paulo: Atual, 1994.

signatários a fim de incentivar o desenvolvimento dos povos da região, bem como as estratégias e planos de ação específicos para fomentar a cooperação mútua. Em que pese ter tido a Conferência como ordem do dia a promoção da cooperação entre os países da Ásia e África, os estados estabeleceram, todavia, que a cooperação mútua não excluiria o auxílio de países fora da região em discussão ou o estabelecimento de acordos de cooperação com eles⁷⁴.

Ademais, o documento final da Conferência ressaltou a necessidade de países em desenvolvimento diminuir sua dependência econômica e tecnológica dos principais países industrializados. O *communiqué* (resolução) estabeleceu que os Estados signatários assegurariam mútuo desenvolvimento técnico por meio de assistência recíproca, intercâmbios de peritos e experts para o consecução de projetos desenvolvimentistas, trocas de *know-how*, transferências de equipamentos e estabelecimento de institutos de pesquisa e treinamento regional. Esses instrumentos foram pensados como uma forma de assegurar cooperação técnica para o fomento avanço tecnológico e diminuição da subordinação em relação aos países industrializados⁷⁵.

Outras áreas de assistência mútua previstas no documento final da Conferência incluíram a criação de um Fundo para Desenvolvimento Econômico, estabelecimento de uma Corporação Financeira Internacional para a promoção de investimentos, alocação de mais recursos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (uma instituição do Banco Mundial) para os países africanos e asiáticos, estabilização nos preços internos e na demanda por *commodities* primárias, bem como diversificação da cesta de produtos destinados à exportação. Além disso, foi acordado que os países africanos e asiáticos incentivariam o estabelecimento de bancos e companhias de seguros nacionais e internacionais, cooperariam para o desenvolvimento da energia nuclear de uso exclusivamente pacífico e pleiteariam representação adequada junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), visando o desenvolvimento e regulação do uso da energia nuclear. Por fim, os signatários também ressaltaram na resolução final da

⁷⁴ CONFERÊNCIA AFRO-ASIÁTICA. First conference resolutions. Communiqué, 1955. Bandung, 24 abr. 1955. In: RIST, Gilbert. **History Of Development 3rd Edition**. Londres, Academic Foundation, 2009, p. 2.

⁷⁵ CONFERÊNCIA AFRO-ASIÁTICA. First conference resolutions. Communiqué, 1955. Bandung, 24 abr. 1955. In: RIST, Gilbert. **History Of Development 3rd Edition**. Londres, Academic Foundation, 2009.

Conferência de Bandung a necessidade de estabilizar o comércio na região e fomentar o multilateralismo, exceto no caso de determinadas nações cujas condições econômicas demandassem maior adesão aos acordos bilaterais de comércio⁷⁶.

O movimento iniciado a partir da Conferência de Bandung deflagrou o início da cooperação entre os países em desenvolvimento, a chamada cooperação sul-sul⁷⁷, na defesa de seus interesses perante a comunidade internacional. Esse início de protagonismo dos países chamados de terceiro mundo, logo após seu surgimento como nações independentes, na busca da melhoria das precárias condições econômicas e sociais de suas populações, implicou, posteriormente, num processo que resultou na construção de um verdadeiro direito internacional ao desenvolvimento, positivado e reafirmado em diversos documentos jurídicos na comunidade internacional. A busca pela emancipação econômica e política pelos países pobres, primeiramente manifestada pelos países da África e Ásia na Conferência de Bandung, foi o gatilho para as discussões sobre a criação do direito ao desenvolvimento. A Conferência Afro-Asiática inspirou diversos tratados, resoluções e pronunciamentos internacionais subsequentes, que de maneira crescente e construíram o direito ao desenvolvimento e aprofundaram sua base teórica, firmando-o no sistema jurídico internacional.

⁷⁶ CONFERÊNCIA AFRO-ASIÁTICA. First conference resolutions. Communiqué, 1955. Bandung, 24 abr. 1955. In: RIST, Gilbert. **History Of Development 3rd Edition**. Londres, Academic Foundation, 2009.

⁷⁷ PEREIRA, Márcio Fernandes. **O comércio internacional e a abordagem dos sistemas-mundo: um estudo no âmbito das relações sul-sul e norte-sul entre um conjunto de países atlânticos de África, América do Sul e Europa (1970-2000)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

2.1.2 A declaração do jurista Keba M'Baye de 1972 sobre o direito ao desenvolvimento

A primeira inspiração para a articulação moderna do direito ao desenvolvimento como comando jurídico é atribuída pela doutrina internacional ao jurista Keba M'Baye, juiz da Corte Suprema do Senegal e da Corte Internacional de Justiça. A ideia de desenvolvimento como um direito positivo, como é entendida hoje, é unanimemente atribuída ao jurista senegalês⁷⁸.

Em 1972, em uma palestra na Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos (CNUDH), o juiz manifestou-se em prol do reconhecimento de um direito ao desenvolvimento, afirmando que “o desenvolvimento é um direito de todo homem”⁷⁹. Keba M'Baye buscou dar forma jurídica às reivindicações das populações dos países subdesenvolvidos, articulando um conjunto de regras e princípios que acreditou que iriam acelerar o processo de desenvolvimento e redução da miséria nos países mais pobres. Ele almejou unir os legados de duas conferências: a Conferência de Bandung e a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), integrando-os à arquitetura jurídica dos direitos humanos no âmbito da ONU. Proferido na década de 70 do século XX, a qual foi marcada por uma expansão do número de direitos e no uso da linguagem jurídica no plano internacional, o pronunciamento de Keba M'Baye logrou que os membros presentes na Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos reconhecessem a existência de um direito ao desenvolvimento⁸⁰, abrindo o caminho para sua entrada no ordenamento jurídico internacional.

Em sua declaração, o jurista entendeu que o conceito de desenvolvimento engloba não apenas avanço econômico, ou aumento da riqueza material, mas também toda a patrimônio intelectual de uma sociedade, em especial seu

⁷⁸ OUGUERGOUZ, Fatsah. *Hommage à Kéba MBAYE. Droits fondamentaux*, n° 6, janvier - décembre 2006. Disponível em: <<http://www.droits-fondamentaux.org/IMG/pdf/df6fokmhom.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2012.

⁷⁹ OUGUERGOUZ, Fatsah. *Hommage à Kéba MBAYE. Droits fondamentaux*, n° 6, janvier - décembre 2006. Disponível em: <<http://www.droits-fondamentaux.org/IMG/pdf/df6fokmhom.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2012.

⁸⁰ SNEYD, Adam. *Right to Development. Globalization and Autonomy*. Disponível em: <http://www.globalautonomy.ca/global1/glossary_entry.jsp?id=CO.0044>. Acesso em: 05 nov. 2012.

desenvolvimento tecnológico e domínio do conhecimento científico, que entendeu como um componente fundamental ao processo de desenvolvimento⁸¹. O direito ao desenvolvimento foi, assim, criado como uma tentativa de repensar a cooperação internacional dentro de uma estrutura menos mercantilista, e mais solidária e assistencial⁸².

2.1.3. A Carta Africana de Direitos Humanos e Coletivos de 1982

Posteriormente, o direito ao desenvolvimento, da forma que é atualmente concebido, foi trazido textualmente pela Carta Africana de Direitos Humanos e Coletivos (*African Charter on Human and People's Rights*), assinada no ano de 1982, na cidade de Banjul, Gâmbia.

A Carta de Banjul, em seu vigésimo segundo artigo, enquadrou o direito ao desenvolvimento como um direito individual e coletivo por meio do qual todas as pessoas teriam direito ao desenvolvimento econômico, social e cultural, respeitada sua liberdade e identidade, com igual acesso ao patrimônio comum da humanidade. Além disso, o documento estabeleceu que os estados nacionais teriam o dever de assegurar o direito ao desenvolvimento, tanto individual como coletivamente. É interessante notar que a Carta de Banjul foi a primeira a trazer de forma expressa que o direito ao desenvolvimento possui duas facetas: é tanto um direito individual e

⁸¹ BAN-KI MOON. **'Right To Development' Declaration Has Languished, Secretary-General Tells Meeting to Mark Twenty-Fifth Anniversary Of Adoption**. Disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sgsm13926.doc.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2012.

⁸² BIGIRA, Jean Paul Segihobe. **Le droit au développement dans le contexte de la mondialisation** : ambiguïté, obsolescence et contradictions. Travail présenté au cours du Séminaire interdisciplinaire sur la Mondialisation et Droits de l'Homme dans le cadre du DES en Droits de l'Homme/UCL/Belgique. Disponível em : <<http://www.dhdi.free.fr/recherches/gouvernance/articles/segihobemondialisation.htm>>. Acesso em : 06 nov. 2012.

coletivo de gozar das benesses do desenvolvimento, como um dever do Estado de assegurar esse direito aos indivíduos e comunidades sob sua tutela⁸³.

Assim verifica-se o primeiro impulso para a construção do direito ao desenvolvimento veio dos países subdesenvolvidos e “de terceiro mundo”. Primeiro houve, em 1955, a articulação das nações africanas e asiáticas para a defesa de interesses comuns na Conferência de Bandung, que resultou na afirmação da urgência de estabelecer-se uma cooperação para assegurar o desenvolvimento econômico. Após, em 1972, o jurista Keba M'Baye, da Suprema Corte do Senegal, um país pobre, enunciou o direito ao desenvolvimento como um direito de todo homem. Finalmente, em 1982, a Carta Africana de Direitos Humanos, elaborada e assinada, na cidade de Banjul, Gâmbia, apenas por países da África, dispôs de forma escrita sobre o direito ao desenvolvimento, estabelecendo que a todo homem toca o direito ao desenvolvimento econômico, cultural e social, e aos Estados o dever assegurá-lo. Portanto, verifica-se que os países pobres, por si só, tomaram a iniciativa para a construção e reconhecimento do direito ao desenvolvimento, 21 anos antes desse direito ser reconhecido em 1986 pela maior organização internacional existente, a Organização das Nações Unidas.

2.1.4 A Declaração do Direito ao Desenvolvimento da ONU

Atualmente um dos principais instrumentos internacionais que dispõem sobre o direito ao desenvolvimento é a Declaração do Direito ao Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas. Promulgada em 4 de dezembro de 1986, na 97ª Sessão Plenária da Assembleia Geral da ONU, a Declaração retoma em seu texto alguns documentos legais e acontecimentos na comunidade internacional que contribuíram para a construção do direito ao desenvolvimento. Em seu preâmbulo,

⁸³ **African [Banjul] Charter on Human and Peoples' Rights.** In: University of Minnesota. Human Rights Library. Disponível em: <<http://www1.umn.edu/humanrts/instrtree/z1afchar.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

no terceiro parágrafo, o documento menciona o dispositivo presente da Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU, de que é assegurado a todos uma ordem internacional em que direitos e liberdades positivadas nessa Declaração são garantidos.

A Declaração não define com tecnicamente o que é desenvolvimento ou os critérios para sua quantificação, limitando-se a defini-lo como um processo político, econômico, social e cultural, direcionado ao bem-estar de toda a população. O documento é omissivo quanto aos instrumentos utilizáveis para a medição do progresso do objetivo proposto ou quanto às ferramentas a serem utilizadas para medir o grau de desenvolvimento de determinada nação ou povo. Estabelece-se um conceito programático, genérico de desenvolvimento. Nesse sentido, o texto da Declaração do Direito ao Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, em seu preâmbulo, estabelece que o conceito do direito ao desenvolvimento é um processo cultural, social, econômico e político contínuo e progressivo, cuja meta final é a garantia do bem-estar de toda a coletividade e de todas as pessoas, por meio da participação significativa, ativa e livre de todos na busca pelo desenvolvimento na distribuição equitativa dos benefícios resultantes do processo de desenvolvimento⁸⁴.

Ademais, a Declaração postula, no artigo 1º, que o direito ao desenvolvimento é um direito humano indisponível, e que tanto as nações quanto os indivíduos são titulares desse direito, mas que é o indivíduo o receptor por excelência do direito ao desenvolvimento⁸⁵. Nesse sentido, a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento o coloca definitivamente no grupo dos direitos humanos, configurando-se como um direito inalienável, indisponível e fundamental e da pessoa, independentemente de sua nacionalidade, por meio do qual todo mundo teria a prerrogativa de desfrutar e contribuir para o desenvolvimento político, social, econômico e cultural⁸⁶. A Declaração estabeleceu, outrossim, que o desenvolvimento é o meio pelo qual todas

⁸⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaration on the Right to Development. Resolução 41/128 de 4 de dezembro de 1986. **Sítio da Organização das Nações Unidas**, 2012. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r128.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2012.

⁸⁵ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaration on the Right to Development. Resolução 41/128 de 4 de dezembro de 1986. **Sítio da Organização das Nações Unidas**, 2012. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r128.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2012.

⁸⁶ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaration on the Right to Development. Resolução 41/128 de 4 de dezembro de 1986. **Sítio da Organização das Nações Unidas**, 2012. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r128.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2012.

as liberdades individuais e direitos humanos poderiam ser completamente atingidas⁸⁷.

Portanto, de acordo com os documentos internacionais que dispõem juridicamente sobre direito ao desenvolvimento, possui ele duas características: uma participativa e outra receptiva⁸⁸. Ao mesmo tempo em que o direito ao desenvolvimento estabelece que indivíduos e populações são titulares do direito, fazendo jus ao desenvolvimento econômico, cultural, social e político; ele também determina que indivíduos e Estados têm a prerrogativa e o dever de participar na construção do processo de desenvolvimento, conforme pode ser lido do artigo 22 da Carta Africana de Direitos Humanos e Coletivos.

A idealização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (em inglês, *Millennium Development Goals - MDG*) no âmbito da Organização das Nações Unidas avançaram uma fase na trilha de construção do direito ao desenvolvimento. Na ocasião da Cúpula do Milênio da ONU, ocorrida no ano de 2000, foram idealizados oito linhas de ação relacionadas à temática do desenvolvimento, a saber: i) eliminação da pobreza e miséria; ii) promoção da educação universal; iii) igualdade de gênero; iv) saúde infantil; v) saúde maternal; vi) combate ao HIV/AIDS, vii) manejo sustentável do meio ambiente e fomento de uma parceria global⁸⁹. Estabeleceu-se que todas as nações deveriam envidar esforços para a consecução dessas metas desenvolvimentistas.

Cada uma dessas “metas do milênio” foi desdobrada em diversos planos de ação, com outros objetivos secundários. Quanto, ao objetivo número um, erradicar a extrema pobreza e a fome, definiu-se três planos de ação: i) reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas vivendo com menos de 1 dólar por dia

⁸⁷ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaration on the Right to Development. Resolução 41/128 de 4 de dezembro de 1986. Sítio da Organização das Nações Unidas, 2012. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r128.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2012.

⁸⁸ A literatura internacional especifica que o contexto histórico da Guerra Fria trouxe duas dimensões diferentes dos direitos humanos: a dimensão das liberdades civis individuais, surgida no ocidente, e a dimensão dos direitos de participação, surgida no oriente e países socialistas. O direito ao desenvolvimento, surgido no final do século XX, consistiu em uma ponte entre essas duas dimensões, trazendo ambas características em sua formulação. Nesse sentido, cf. KIRCHMEIER, Felix. The Right to Development – where do we stand? State of the debate on the Right to Development. **Dialogue on Globalization**. Occasional papers. Friedrich Ebert Stiftung. Genebra, n. 23, jul. 2006.

⁸⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Millennium Development Goals**. Sítio da Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.un.org/millenniumgoals/>>. Acesso em: 05 nov. 2012.

(meta 1.a), ii) alcançar pleno emprego e ocupações dignas para todos, incluindo mulheres e pessoas jovens (meta 2.a); iii) reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas que sofrem com a fome (meta 3.a). No tocante ao segundo objetivo, promover a educação universal, estabeleceu-se que, até 2015, todas crianças devem estar aptas a completar um curso primário (meta 2.a). Na proposta de promoção de igualdade de gênero, a proposta é eliminar a disparidade de gênero na educação primária preferencialmente até 2005, mas nunca após 2015 (meta 3.a). Na concernente à promoção da saúde infantil, almejou-se uma redução de dois terços, entre 1990 e 2015, na taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos (meta 4.a). No combate ao HIV/AIDS, postulou-se três submetas: reduzir pela metade o número de soropositivos, e iniciar a reversão da doença até 2015 (meta 6.a); alcançar até 2010, tratamento universal para o HIV/AIDS para aqueles que dele necessitam (meta 6.b); reduzir pela metade, até 2015, e iniciar a reversão da incidência de malária e outras doenças graves, como tuberculose (meta 6.c). Na seara da proteção ambiental, quatro linhas de ação foram colocadas: i) integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas nacionais dos países e reverter a taxa de perda de recursos ambientais (meta 7.a); ii) reduzir a perda de biodiversidade, alcançando, até 2010, redução significativa desse fator (meta 7.b); cortar pela metade, até 2015, a razão da população sem acesso à água potável de maneira sustentável e saneamento básico (meta 7.c); melhora significativa, até 2020, nas condições de até 100 milhões de pessoas vivendo em favelas e bairros pobres (7.d)⁹⁰.

Em setembro de 2005, por ocasião do quinto aniversário da Cúpula do Milênio então Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan anunciou um pacote de reformas a fim de conferir instrumentos para a aplicação e efetivação do direito ao desenvolvimento, passando da “era da declaração” para a “era da implementação” desse direito. A principal meta em pauta era repensar a moldura jurídica internacional com o fito de transformar o conceito ainda genérico do direito ao desenvolvimento em uma ferramenta de redução efetiva da pobreza, traduzindo

⁹⁰ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Millennium Development Goals**. Sítio da Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.un.org/millenniumgoals/>>. Acesso em: 05 nov. 2012.

para a “gramática dos direitos” tudo quanto precisaria ser feito para atingir essa finalidade⁹¹.

2.1.5 A Resolução 58/172 de 2004 da Organização das Nações Unidas

Em 11 de março de 2004, em sua 55ª sessão, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas aprovou a Resolução 58/172, sobre o direito ao desenvolvimento⁹².

A Resolução 58/172, em seu preâmbulo, recapitulou os momentos mais importantes para a construção do direito ao desenvolvimento. Mencionou-se, em primeiro lugar, a Carta das Nações Unidas, assinada em 28 de junho de 1945, enfatizando-se a disposição a respeito da promoção de progresso socioeconômico e melhores condições de vida para todas as populações, com a adoção de instrumentos internacionais para atingir esse desiderato. O documento reafirmou também o objetivo consignado na Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada em 8 de setembro de 2000 pela Assembleia Geral, de tornar o desenvolvimento uma realidade para todos, ressaltando em especial a necessidade de atingir-se o objetivo do erradicar a pobreza até o ano de 2015. Ademais, retomou a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, adotada pela Resolução 41/128, ressaltando a inalienabilidade do direito humano ao desenvolvimento e o papel do indivíduo como sujeito central e principal beneficiário do processo de desenvolvimento. Outrossim, enfatizou a Declaração de Viena e Programa de Ação, a qual também reforçou a ideia presente na DDDONU de que o direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável. Recapitulou todas as resoluções da Comissão de Direitos Humanos sobre o Direito ao Desenvolvimento, em

⁹¹ SNEYD, Adam. Right to Development. **Globalization and Autonomy**. Disponível em: <http://www.globalautonomy.ca/global1/glossary_entry.jsp?id=CO.0044>. Acesso em: 05 nov. 2012.

⁹² ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 58/172 de 4 de dezembro de 1986. O Direito ao Desenvolvimento. **Sítio da Organização das Nações Unidas**, 2012. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/504/90/PDF/N0350490.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 08 nov. 2012.

particular a Resolução 1998/72 de 22 de abril de 1998, que registrou a urgência de se avançar na implementação do direito ao desenvolvimento. Felicitou a Adoção da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, em 31 de outubro de 2003. Levantou também a Declaração de Comprometimento sobre HIV/AIDS, de 2003 e reiterou suporte à Nova Parceria para o Desenvolvimento da África e para a 13ª Conferência de Chefes de Estado e Governo do Movimento Não-Alinhado, que se desenrolou em Kuala Lumpur, Malásia⁹³.

Adicionalmente, a Resolução 58/172 afirmou que “tomou nota” da Quarta Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, de 9 a 14 de Novembro em Doha, Qatar, que deflagrou o início da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio. A Rodada de Doha foi concebida como um sistema de rodadas multilaterais de negociações no âmbito da OMC cujo eixo central era promover o desenvolvimento econômico por meio da liberalização do comércio internacional. Essa proposta desenvolvimentista foi reconhecida pela Resolução 58/172 da Assembleia Geral da ONU, estabelecendo um diálogo entre ambas instituições⁹⁴.

Todavia, no último item do preâmbulo da declaração expressa-se ressentimento quanto ao fato de que o Grupo de Trabalho da Organização das Nações Unidas sobre Direito ao Desenvolvimento não conseguiu, em sua quarta sessão, definir propostas concretas para a implementação dos resultados e conclusões alcançados na terceira sessão do mesmo grupo de trabalho. Nesse sentido, na Resolução requer-se, no item 2, que o Grupo de Trabalho sobre Direito ao Desenvolvimento atue de forma a efetivamente implementar os resultados alcançados na terceira sessão, o que o Grupo, na quarta sessão, não logrou realizar⁹⁵. Esses reveses demonstram que há sérias dificuldades no âmbito da

⁹³ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 58/172 de 4 de dezembro de 1986. O Direito ao Desenvolvimento. **Sítio da Organização das Nações Unidas**, 2012. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/504/90/PDF/N0350490.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 08 nov. 2012.

⁹⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 58/172 de 4 de dezembro de 1986. O Direito ao Desenvolvimento. **Sítio da Organização das Nações Unidas**, 2012. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/504/90/PDF/N0350490.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 08 nov. 2012.

⁹⁵ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 58/172 de 4 de dezembro de 1986. O Direito ao Desenvolvimento. **Sítio da Organização das Nações Unidas**, 2012. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/504/90/PDF/N0350490.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 08 nov. 2012.

Organização das Nações Unidas na definição e implementação de projetos e políticas concretas para a efetivação do direito ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político.

2.2 O ATUAL CONCEITO E FORMULAÇÃO JURÍDICA DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento humano tornou-se uma ideia central no desenvolvimento internacional desde a década de 90 do século XX. O desenvolvimento humano consiste na ideia de que o ser humano é o fim, mas também o meio para o atingimento do desenvolvimento⁹⁶.

O direito ao desenvolvimento é comumente definido como um direito de terceira geração⁹⁷, é dizer, um direito coletivo ou solidário⁹⁸. Em outras palavras, é um direito estendido a todas as pessoas (é dizer, universal) e não fracionável (ou seja, indivisível). O conceito de direito ao desenvolvimento, no entanto, ainda é muito vago e indefinido. Excessivamente programático, ele carece de critérios objetivos aptos a definir seu sentido e alcance. Com efeito, a própria Declaração da Organização das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento apenas fala

⁹⁶ HULME, David. The Making of the Millennium Development Goals: Human Development Meets Results based Management In an Imperfect World. Brooks World Poverty Institute. Dez. 2006. Disponível em: <<http://www.bwpi.manchester.ac.uk/resources/Working-Papers/bwpi-wp-1607.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2012.

⁹⁷ Diversos autores organizam teoricamente o fenômeno da expansão de direitos em diversas “gerações”, que se estendem desde a primeira até a quarta, a atual geração na gramática dos direitos. A primeira geração . A segunda geração. Já terceira geração, na qual se inclui o direito ao desenvolvimento, trata dos direitos da coletividade, ditos transindividuais. Exemplos desse direito são o direito à paz, ao meio ambiente equilibrado, entre outros. Principia-se a falar também em direitos de quarta e quinta geração, porém não há consenso na definição desses conceitos e a que comandos jurídicos elas referem-se. A esse respeito, cf. BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

⁹⁸ OUGUERGOUZ, Fatsah. Hommage à Kéba MBAYE. **Droits fondamentaux**, n° 6, janvier - décembre 2006. Disponível em: <<http://www.droits-fondamentaux.org/IMG/pdf/df6fokmhom.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2012; KIRCHMEIER, Felix. The Right to Development – where do we stand? State of the debate on the Right to Development. **Dialogue on Globalization**. Occasional papers. Friedrich Ebert Stiftung. Genebra, n. 23, jul. 2006; GESSI, Ana Cristina da Motta. **A OMC enquanto instrumento de fomento ao direito ao desenvolvimento humano**. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

em desenvolvimento e não define o que o ele é e nem os critérios para aferi-lo. A excessiva indefinição do direito ao desenvolvimento é prejudicial à avaliação de sua eficácia de maneira objetiva. A imprecisão do direito ao desenvolvimento constitui um obstáculo para sua materialização, dificultando sua contribuição para a melhoria dos problemas socioeconômicos globais.

A dualidade do direito ao desenvolvimento é um dos maiores obstáculos para sua aceitação no plano internacional. Por um ser um direito que determina que, de um lado, indivíduos e coletividades têm um direito a usufruir do desenvolvimento econômico, cultural, social e político e, de outro, um dever de contribuir e participar desse próprio desenvolvimento, o direito ao desenvolvimento frequentemente é visto como apenas um direito de receber assistência para o desenvolvimento, não como um comando jurídico verdadeiramente amplo⁹⁹.

Assim, o direito ao desenvolvimento recebe severas críticas. A principal delas é que é um instrumento legal altamente sujeito ao arbítrio político devido ao seu alto grau de imprecisão, vagueza e indefinição, bem como pelo fato de não haver qualquer entidade responsável por fazê-lo valer¹⁰⁰.

Analistas divergem significativamente sobre o que realmente quer dizer o direito ao desenvolvimento. Alguns afirmam que o direito ao desenvolvimento traduz-se em direito a uma democracia formal, tendo sua eficácia restrita, portanto, ao conjunto de direitos políticos. Outros asseveram que o direito ao desenvolvimento em última análise quer dizer igualdade de condições para todos os indivíduos e povos. Um outro grande debate diz respeito ao alvo desse direito – se a pessoa individualmente considerada ou a coletividade¹⁰¹. Enfim, verifica-se que um consenso entre os juristas e analistas sobre o direito ao desenvolvimento está longe de ser atingido. A incerteza quanto ao conteúdo do direito ao desenvolvimento, aliada com a divergência de interpretações lançadas sobre ele, prejudica sua aplicação. Sem um mínimo de certeza quanto ao que o direito ao desenvolvimento quer dizer ou que

⁹⁹ KIRCHMEIER, Felix. The Right to Development – where do we stand? State of the debate on the Right to Development. **Dialogue on Globalization**. Occasional papers. Friedrich Ebert Stiftung. Genebra, n. 23, jul. 2006.

¹⁰⁰ SNEYD, Adam. Right to Development. **Globalization and Autonomy**. Disponível em: <http://www.globalautonomy.ca/global1/glossary_entry.jsp?id=CO.0044>. Acesso em: 05 nov. 2012.

¹⁰¹ SNEYD, Adam. Right to Development. **Globalization and Autonomy**. Disponível em: <http://www.globalautonomy.ca/global1/glossary_entry.jsp?id=CO.0044>. Acesso em: 05 nov. 2012.

ele implica nas políticas internacionais e nacionais, definir se esse instrumento legal traduz-se em efetivo desenvolvimento é uma tarefa difícil.

2.3 A IMPORTÂNCIA DA PERSPECTIVA TRANSCIVILIZACIONAL SOBRE O DIREITO INTERNACIONAL NA FORMULAÇÃO DO DIREITO DESENVOLVIMENTO

Para analisar a eficácia do direito ao desenvolvimento, é fundamental visualizar o Direito Internacional sobre uma nova perspectiva: a perspectiva transcivilizacional. A perspectiva transcivilizacional é uma forma que enxergar o Direito Internacional sob a ótica de culturas, povos civilizações, etnias, religiões, dialetos, os mais diversos¹⁰².

Adotar uma perspectiva transcivilizacional é necessário para assegurar a legitimidade do Direito Internacional. O Direito Internacional tradicionalmente entendido, centrado no modelo estado-cêntrico europeu e nas premissas universalistas da filosofia kantiana, é tido como uma forma de dominação por muitos países e povos do globo¹⁰³, sendo visto com extrema desconfiança pelos países não ocidentais. Muitas nações sentem-se à margem do processo de negociação de tratados e criação do Direito Internacional encaram o Direito Internacional como um Direito alienígena, uma maneira sutil que as grandes potências ocidentais tem de exercerem seu poderio. A época das colonizações, com todas suas violações e vicissitudes, ainda se encontra bem viva na memória dos povos colonizados.

Não obstante, sendo o direito ao desenvolvimento um direito humano, é de primeira importância modulá-lo de acordo com os povos, tribos, religiões, manifestações culturais às quais ele se dirige. Para garantir a eficácia do direito

¹⁰² YASUAKI, O. **A Transcivilizational Perspective on International Law**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2003.

¹⁰³ YASUAKI, O. **A Transcivilizational Perspective on International Law**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2003.

internacional ao desenvolvimento, é preciso sintonizar esse direito com as peculiaridades e idiosincrasias de cada civilização, rechaçando a crença (ocidental) de que todos os povos têm a mesma noção sobre o que seja desenvolvimento e que o desenvolvimento deve ser o mesmo para todos. É impossível demonstrar a validade do Direito Internacional de maneira inequívoca. Pode-se até falar em um processo de universalização ou universalizante do Direito Internacional, mas afirmar categoricamente que suas normas têm validade universal é impossível. Tudo é uma questão de grau e dosagem¹⁰⁴. Ao adotar-se uma perspectiva universalizante, baseada em modelos mentais ocidentais e inadequada aos destinatários do direito ao desenvolvimento, corre-se o risco de gerar injustiças, solapando a própria eficácia do direito ao desenvolvimento e tornando-o uma norma vazia ou, pior, um mero expediente utilizado para a perpetuação da dominação dos Estados mais fortes sobre os mais fracos.

Portanto, é importante que se adote uma perspectiva transcivilizacional sobre o direito ao desenvolvimento, evitando generalizações, enxergando-o sobre a ótica de povos, civilizações, religiões, costumes e etnias. Considerar cada povo e civilização em sua especificidade é uma tarefa árdua, mas sem sombra de dúvida essencial.

2.4 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE EFICÁCIA NA TEORIA GERAL DO DIREITO E NO DIREITO INTERNACIONAL

A fim de compreender a eficácia do direito ao desenvolvimento após a Rodada de Doha no plano internacional, é necessário, antes de tudo, conceituar eficácia. A eficácia diz respeito ao cumprimento das provisões do ordenamento

¹⁰⁴ YASUAKI, O. **A Transcivilizational Perspective on International Law**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2003.

jurídico no plano do real, no plano do ser. Uma norma é eficaz quando pode ser aplicada, de maneira bem sucedida, a casos gerais ou a situações concretas¹⁰⁵.

O conceito de eficácia relaciona-se com o conceito de validade na ciência do Direito¹⁰⁶. Em linhas gerais, eficácia é o elemento que fornece continuidade para a validade de uma norma. Nesse mister, convém diferenciar a eficácia de uma norma de sua validade. Segundo Kelsen¹⁰⁷, a validade de uma norma condiciona-se a uma estrutura hierarquizada de regras, sendo a Constituição a lei validadora de todas as demais. Consequentemente, uma norma, para ser válida, deve estar em acordo com as disposições da Constituição. A norma pode ser válida, mas não eficaz. Ela pode ser válida e eficaz. Não obstante, ela nunca pode ser eficaz e não válida. A validade antecede a eficácia de uma norma – para que ela surja no ordenamento jurídico como uma norma munida de coercibilidade e sanção, ou seja, para que ela seja uma norma jurídica, ela precisa ser válida, estando em conformidade com uma norma superior que lhe dá validade. Para que ela permaneça uma norma válida (jurídica), contudo, ela há de possuir eficácia, é dizer, ser aplicável ao caso concreto. A eficácia é o elemento que mantém uma norma válida, não se confundindo, entretanto, com o conceito de validade¹⁰⁸.

Por outro lado, a noção de eficácia no Direito Internacional não é, decerto, idêntica à do Direito interno. Em primeiro lugar, conforme já se expôs, os conceitos de validade e são interligados, sendo que a eficácia é o elemento que permite que uma norma siga válida no decurso do tempo. Embora essa ideia seja aplicável tanto no Direito interno quanto no Internacional, há uma importante diferença a ser ressaltada: enquanto que no Direito interno o fundamento de validade de todo o sistema jurídico é a Constituição, no Direito Internacional tal Lei inexistente¹⁰⁹. Não há, atualmente, nada parecido com uma Constituição em nível internacional. Alguns autores sustentam que alguns tratados importantes, com força de norma cogente no

¹⁰⁵ Kelsen, H. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 427 p.

¹⁰⁶ Para a realização desta pesquisa, a acepção “ciência do direito” é baseada na Teoria Pura do Direito, do jurista tcheco Hans Kelsen. Cf. Kelsen, H. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 427 p.

¹⁰⁷ Kelsen, H. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 427 p.

¹⁰⁸ Kelsen, H. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 427 p.

¹⁰⁹ Kelsen, H. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 427 p.

plano internacional – *jus cogens*¹¹⁰ – poderiam vir fazer as vezes de uma Constituição no Direito Internacional. Por exemplo, a Carta da Organização das Nações Unidas consistiria em uma espécie de Lei Maior, dada a ampla adesão às suas disposições pelos Estados. A par da noção de validade no Direito Internacional, há a de eficácia. Nesse aspecto, a eficácia do direito internacional ao desenvolvimento diz respeito à materialização desse direito no plano do ser – à concretização das provisões estabelecidas nessa norma jurídica.

Por conseguinte, a eficácia do direito ao desenvolvimento diz respeito à concretização do conteúdo dessa norma do plano dos fatos, é dizer, à produção de resultados concretos capazes de alterar a realidade, aproximando-a da conjuntura ideal almejada pelo preceito jurídico. Dessa forma, tendo em vista a construção normativa do direito ao desenvolvimento no âmbito da Organização das Nações Unidas, pode-se afirmar que, a despeito de ser ainda vago e impreciso, ele é eficaz quando, a partir de sua aplicação e observância, há efetivo progresso econômico, político e social para um povo ou Estado.

Quantitativamente, esse progresso pode ser mensurado por diversos indicadores econômicos e políticos, como renda *per capita*, índice de desenvolvimento humano (desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD), coeficiente de Gini (para avaliar a equidade na distribuição de renda na população de um país), índice de liberdade de imprensa, índice de percepções de corrupção, entre outros. Havendo melhora desses índices em um país, pode-se afirmar que o direito ao desenvolvimento produz resultados concretos e aproxima a realidade ao panorama normativo, possuindo, por via de consequência, eficácia. Sem embargo, é imperioso que o direito ao desenvolvimento não seja pautado em um modelo uniforme e que obedeça às especificidades de cada contexto populacional em que é aplicado.

¹¹⁰ Define-se tratados *jus cogens* como normas imperativas de Direito Internacional. Os tratados *jus cogens* impõem obrigações válidas para todos – *erga omnes* –, que são inderrogáveis, não podendo ser excetuadas sob nenhuma hipótese. O *jus cogens* está positivado no artigo 53 da Convenção de Viena sob o Direito dos Tratados. A Convenção de Viena foi internalizada no ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 7.030/2009. A propósito do assunto, cf. VARELLA, M. D. **Direito Internacional Público**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. ver também BASSIOUNI, M. C. **International Crimes: "Jus Cogens" and "Obligatio Erga Omnes"**. **Law and Contemporary Problems**, Durham, 59, n. 4, 1996. pp. 63-74, que analisa o conceito sob a óptica do Direito Penal Internacional.

3 A QUESTÃO DOS SUBSÍDIOS AGRÍCOLAS NA RODADA DE DOHA E A EFICÁCIA DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO

Pode-se afirmar que, na última metade de século, o comércio tem sido um dos principais motores do crescimento econômico internacional. A liberalização do comércio internacional, impulsionada por diversas rodadas multilaterais de negociação bem-sucedidas, amplificou consideravelmente as trocas entre os países. Ora, nos últimos 20 anos, a integração econômica mundial aumentou explosivamente, tendo o comércio internacional crescido duas vezes mais rápido que o Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Muitos países em desenvolvimento¹¹¹ beneficiaram-se desse estreitamento de laços econômicos no comércio internacional¹¹².

A Organização Mundial do Comércio fez progredir enormemente o comércio internacional. De fato, desde 1995, quando a Rodada do Uruguai, que criou a OMC, entrou em vigor, o comércio internacional sofreu uma expansão de mais de 10% ao ano, acima do taxa de crescimento do PIB mundial¹¹³. A Organização Mundial do Comércio certamente ofereceu uma contribuição para esse cenário. Entretanto, a liberalização do comércio internacional, impulsionada pelas rodadas multilaterais de negociação, não beneficiou a todos os países, deixando à margem, em especial, as nações mais pobres. A liberalização do comércio internacional falhou em integrar todos os países ao circuito econômico internacional. Por conseguinte, a liberalização

¹¹¹ A despeito de que, originalmente, as expressões “países subdesenvolvidos” e “países em desenvolvimento” fossem tidas como estritamente sinônimas, alguns teóricos passaram a relacionar esta com os países não desenvolvidos, mas industrializados (países em processo de desenvolvimento, *newly industrialized countries*); e aquela com países com baixa produção econômica e elevados índices de miséria. Parece-nos, entretanto, que a expressão “países em desenvolvimento” é apenas um eufemismo para qualificar certas nações que, embora contem com certo grau de industrialização, possuem problemas estruturais e sociais tão sérios quanto os chamados “países subdesenvolvidos” em sentido estrito, como miséria, violência, desigualdade social, corrupção, entre outros. Ademais, observa-se que em grande parte da literatura internacional vários autores seguem empregando ambas as expressões sem distinção. Portanto, preferimos, no âmbito deste trabalho, considerando a razoabilidade e a uniformidade com a literatura internacional, utilizar como sinônimas as expressões “países subdesenvolvidos” e “países em desenvolvimento”. A esse respeito, cf.

¹¹² MCGUIRK, A. The Doha Development Agenda. **Finance & Development**, Washington D.C, 39, n. 3, setembro 2002.

¹¹³ LAMPREIA, L. F. OMC - A Rodada de Doha. **Carta Mensal**, Brasília, 55, n. 652, jul. 2009. p. 65-82.

e amplificação do comércio internacional não se traduziu em um efetivo direito ao desenvolvimento para os países mais pobres, que seguem à margem da hodierna economia globalizada.

A Organização Mundial do Comércio tentou reverter esse quadro lançando a Rodada de Doha, uma rodada de negociações na qual os países pobres foram supostamente colocados no centro das atenções. Na agenda de Doha foram incluídas medidas para favorecer os países subdesenvolvidos e promover o desenvolvimento por meio da eliminação das distorções e vícios nos mercados globais¹¹⁴. Imaginava-se que, dessa maneira, aliar-se-ia o crescimento no comércio internacional ao crescimento da renda per capita mundial. No entanto, apesar dos objetivos ambiciosos, a Rodada de Doha tem falhado em levar riqueza para as nações que dela mais necessitam.

O fracasso da Rodada de Doha deve-se, em parte, ao sistema adotado para negociações, o *single undertaking*. Implementado desde 1995, nos acordos de Marrakech, o *single undertaking* é um sistema de negociações no qual todos os itens da negociação formam um pacote uno e indivisível, ou seja, o sujeito de Direito Internacional ou deve concordar com as todas disposições ou não aderir a nada¹¹⁵. É pautado na premissa de que “não se concorda com nada até que se tenha concordado com tudo”. A OMC inicialmente adotou o sistema do *single undertaking* como estratégia para evitar que os países se esquivassem de aderir a medidas mais polêmicas e nas quais tinham pouco interesse. Não obstante, a reunião de todos os itens da negociação em um único conjunto de medidas sem a possibilidade de reservas, a fim possibilitar a aprovação das medidas mais sensíveis, não funcionou em Doha. Nas rodadas de negociação as delegações estavam longe de atingir um consenso, mesmo com a adoção do sistema do *single undertaking*, no qual se misturava medidas pouco polêmicas com medidas mais polêmicas. Imaginou-se que a OMC conseguiria reunir assinaturas suficientes para aprovar as medidas mais

¹¹⁴ TUSSIE, D.; PEIXOTO, J. Tomorrow never dies? O colapso de Doha e lições da história.

Cadernos Adenauer, Berlim, n. 9, 2008. 101-113.

¹¹⁵ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Le Cycle de Doha. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**, 22 mar. 2012. Disponível em: <http://www.wto.org/french/tratop_f/dda_f/dda_f.htm>. Acesso em: 23 abr. 2012.

sensíveis de sua agenda, mas no fim das contas a organização mostrou-se limitada em angariar consensos¹¹⁶.

Malgrado a equidade em tese dos membros da OMC, na qual vigora o sistema *one country one vote* (um país, um voto), é dizer, o voto de um país não possui mais valor que o de outro, a despeito das diferenças de poder econômico entre os membros, o equilíbrio das negociações acaba tendendo para o lado com maior poder. Com o caminhar das negociações e o aumento dos conflitos de interesses e animosidades, as diferenças econômicas e políticas entre os países negociantes tornaram-se crescentemente evidentes. Ao fim e ao cabo, os países desenvolvidos rejeitaram as medidas de redução de subsídios agrícolas e colocaram seus interesses nacionais acima dos da grande maioria dos Estados membros da Organização Mundial do Comércio, subdesenvolvidos¹¹⁷. Por causa disso, a Rodada de Doha, cujo término era previsto para o ano 2006, arrasta-se até os dias atuais, sem resultados.

O impasse nas negociações da Rodada de Doha em relação à utilização de subsídios agrícolas por países desenvolvidos, cuja derrubada aumentaria a demanda por produtos agrícolas dos países em desenvolvimento, trazendo riqueza e melhores condições de vida para os Estados mais pobres, demonstra que muito pouco se avançou no processo de efetivação do direito ao desenvolvimento no plano do Direito Internacional Econômico¹¹⁸.

A OMC possui prevê a abertura total do mercado agrícola mundial¹¹⁹. Entretanto, não há, ao considerar-se o atual estado das negociações multilaterais sobre o tema, qualquer indicativo de que essa previsão venha a se materializar em qualquer data próxima, de forma que a plena convergência dos mercados agrícolas mundiais é ainda utópica. A Rodada de Doha demonstrou que os países, em especial os mais poderosos, não estão nem um pouco dispostos a abrir mão das vantagens comparativas no comércio internacional oriundas das distorções

¹¹⁶ TUSSIE, D.; PEIXOTO, J. Tomorrow never dies? O colapso de Doha e lições da história. **Cadernos Adenauer**, Berlim, n. 9, 2008. 101-113.

¹¹⁷ TUSSIE, D.; PEIXOTO, J. Tomorrow never dies? O colapso de Doha e lições da história. **Cadernos Adenauer**, Berlim, n. 9, 2008. 101-113.

¹¹⁸ GARCÍA-MATAMOROS, L. V. La Ronda de Doha para el Desarrollo Ocho Años Después: de Grandes Propósitos a Modestos Acuerdos. **Revista Colombiana de Derecho Internacional**, Bogotá, n. 16, jan. - jun. 2010. 213-258.

¹¹⁹ VARELLA, M. D. **Direito Internacional Público**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 478 p.

mercadológicas causadas pela utilização pesada de subsídios agrícolas¹²⁰. Dessa forma, a mitigação substancial ou eliminação dos subsídios agrícolas distorcivos mostra-se uma possibilidade cada vez mais remota. Uma vez que a regularização do mercado agrícola e eliminação das distorções que prejudicam a concorrência internacional é uma das principais medidas a serem adotadas para possibilitar o acesso das nações subdesenvolvidas ao mercado global, a Rodada de Doha falhou em seu principal eixo e não conseguiu trazer uma efetivação ao direito ao desenvolvimento.

3.1 O TRATAMENTO DOS SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

No âmbito da OMC, os subsídios agrícolas e outras medidas de auxílio de produtores agrícolas nacionais recebem diferentes classificações referentes à sua proibição ou permissão de uso, a saber, proibidos, permitidos com limitações e permitidos. Essas classificações são antigas, criadas no bojo do Acordo sobre Agricultura, firmado em sob os auspícios da Rodada do Uruguai do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e posteriormente herdadas pela OMC. A explicitação dessas classificações é essencial para o entendimento da discussões acerca das medidas de auxílio e subsídios distorcivos do comércio agrícola internacional, uma vez que elas são utilizadas a todo momento nos discursos daquela Organização Internacional, bem como no jargão do chamado “sistema multilateral de comércio”.

Previstos no artigo 6º do Acordo sobre Agricultura do GATT, os subsídios pertencentes à caixa âmbar (*amber box*) referem-se a todos os subsídios que distorcem o comércio agrícola mundial e que ocasionam um mercado global menos livre, embora haja exceções, devidamente previstas. Incluem todos os subsídios à

¹²⁰ LAMPREIA, L. F. OMC - A Rodada de Doha. **Carta Mensal**, Brasília, 55, n. 652, jul. 2009. p. 65-82.

produção agrícola e medidas de controle de preços que não estão nas caixas azul e verde, referentes aos subsídios permitidos¹²¹.

Nesse particular, entretanto, os auxílios ditos mínimos (*auxílios de minimis*) são limitações estabelecidas para utilização de subsídios pertencentes à caixa âmbar, distorcivos do comércio mundial. Referem-se a níveis mínimos de auxílio, que não podem ser imediatamente retirados sem grande prejuízo. Nessa categoria, países desenvolvidos podem fornecer até 5% do total da produção agrícola em subsídios da caixa âmbar a título de pagamentos de *minimis*, ao passo que países em desenvolvimento podem destinar até 10% do total produção agrícola a esse mesmo título. No começo da Rodada do Uruguai, existiam 30 países que forneciam subsídios superiores aos limites *de minimis* estabelecidos. Eles comprometeram-se a efetuar uma redução nesses níveis de auxílio ditos proibidos¹²².

Os subsídios pertencentes à caixa azul (*blue box*), previstos no parágrafo 5º do artigo 6 do Acordo sobre Agricultura, são também subsídios que distorcem o comércio agrícola mundial e que normalmente pertenceriam à categoria *amber box*, mas sua recepção depende de uma redução na produção agrícola por parte do receptor. Diz-se, no âmbito da Organização Mundial, que são subsídios pertencentes à caixa âmbar, mas com certas condições e restrições para quem os recebe. Conquanto haja bastante controvérsia sobre a utilização desse tipo de subsídio, atualmente eles são permitidos sem restrições¹²³.

Previstos, no Anexo 2 do Acordo sobre Agricultura, os subsídios pertencentes ao critério da caixa verde (*green box*), por seu lado, são subsídios permitidos no âmbito da OMC, por não distorcerem o comércio agrícola mundial, ou causarem distorções mínimas, desprezíveis. Esse tipo de subsídio deve necessariamente ser fornecido pelo governo e não pode influenciar o preço dos produtos. Geralmente inserem-se em programas de desenvolvimento sustentável ou preservação do meio ambiente destinados a agricultores nacionais. Contanto estejam de acordo com as

¹²¹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Agriculture Negotiations**: Background Fact Sheet. Domestic Support in Agriculture. Sítio da Organização Mundial do Comércio. Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/agric_e/agboxes_e.htm>. Acesso em: 11 abr. 2013.

¹²² ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Agriculture Negotiations**: Background Fact Sheet. Domestic Support in Agriculture. Sítio da Organização Mundial do Comércio. Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/agric_e/agboxes_e.htm>. Acesso em: 11 abr. 2013.

¹²³ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Agriculture Negotiations**: Background Fact Sheet. Domestic Support in Agriculture. Sítio da Organização Mundial do Comércio. Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/agric_e/agboxes_e.htm>. Acesso em: 11 abr. 2013.

regras estabelecidas no Anexo 2 do Acordo, esses subsídios são livremente permitidos¹²⁴.

3.2 FORMAÇÃO DE RELEVANTES COALIZÕES E GRUPOS DE INTERESSE NO ÂMBITO DA RODADA DE DOHA

Diversos grupos de interesses específicos e coligações formaram-se no curso das negociações da Rodada de Doha, a fim de melhor fazer valer seus interesses e angariar, por sua união e voz uníssona, poder político nos eventos mais importantes e decisivos da Rodada – as Reuniões Ministeriais. A explicitação dos grupos mais relevantes é fundamental, pois essas coligações estão referenciados constantemente nos textos oficiais

A Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio evidenciou um aumento na formação de coalizões entre Estados no curso do processo de negociações. Isso aconteceu contrariamente ao cenário esperado no contexto tendências liberalizantes da OMC, que seria marcado supostamente por uma diminuição da importância das coligações, pois os Estados optariam mais por negociar de forma autônoma, em tese. Entretanto, muitas novas coalizações de Estados surgiram no curso da Rodada, e antigas foram renovadas. Isso foi, provavelmente, consequência da expansão do alcance da OMC e do maior reconhecimento dos países em desenvolvimento na comunidade internacional. Muitas coalizões presentes na Rodada de Doha configuraram-se desde a Rodada do Uruguai, em 1994.

Um dos motivos para a popularização das coalizões no âmbito da Rodada de Doha foi a necessidade que tinham os países menos desenvolvidos, os quais

¹²⁴ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Agriculture Negotiations**: Background Fact Sheet. Domestic Support in Agriculture. Sítio da Organização Mundial do Comércio. Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/agric_e/agboxes_e.htm>. Acesso em: 11 abr. 2013.

contavam com menos recursos e conhecimentos jurídicos e técnicos, de lidar adequadamente com o labirinto intrincado de normas da OMC e do comércio mundial em geral, de cumprir suas obrigações dentro do sistema e de fazer valer seus interesses dentro das negociações. Assim sendo, diversos países em desenvolvimento ingressaram em diversas coligações no curso do ciclo de Doha para expressarem-se adequadamente e fazerem-se ouvidos ¹²⁵. Isso dito, o paradigma de blocos e coalizões, e não o de postulações autônomas, é o predominante na diplomacia da OMC, em especial na Rodada de Doha para o Desenvolvimento.

Nesse contexto, pode-se distinguir três tipos de grupos (ou coalizões) que se destacaram no contexto da Rodada de Doha, a saber: o Grupo Informal dos Países em Desenvolvimento (*Informal Group of Developing Countries*), o Grupo de Países de Mesma Opinião (*Like-Minded Group*), o Grupo de Economias Pequenas e Vulneráveis (*Small and Vulnerable Economies*), os Países Menos Desenvolvidos (*Least Developed Countries*) e o Grupo Cairns ¹²⁶. Esses blocos diplomáticos desempenharam relevante papel na definição das políticas da Rodada e nos resultados alcançados (ou não) nas Reuniões Ministeriais.

O Grupo Informal dos Países em Desenvolvimento consiste em um dos mais antigos blocos de nações, surgido desde o período da chamada diplomacia “café com leite”, proeminente nos anos 80 e 90 ¹²⁷. Entretanto, após a Rodada do Uruguai o Grupo alterou sua configuração, aproximando-se mais de um sistema de troca de informações do que um conjunto de países coordenados no sentido de influenciar as negociações.

¹²⁵ NARLIKAR, Amrita. **International trade and developing countries: bargaining and coalitions in the GATT and WTO**. London; New York: Routledge, 2003. xviii, p. 177-178.

¹²⁶ NARLIKAR, Amrita. **International trade and developing countries: bargaining and coalitions in the GATT and WTO**. London; New York: Routledge, 2003. xviii, p. 178.

¹²⁷ Nesse período vigorou a chamada diplomacia “café com leite”, um conceito desenvolvido pela autora Amrita Narlikar para se referir ao conjunto de países desenvolvidos e em desenvolvimento que se formou na Fase de Pré-Negociação da Rodada do Uruguai, ocorrida entre os anos de 1982 a 1986.

Consistente em uma coligação de 19 países exportadores de produtos agrícolas, com o apoio dos Estados Unidos da América, o Grupo Cairns¹²⁸ exerceu grande proeminência na definição dos rumos da Rodada de Doha, na qual depositou grande expectativa, diferenciando-se, nesse sentido, de outras coalizões. Na vigésima segunda Reunião Ministerial do Grupo Cairns, no ano de 2011, na cidade de Punta del Este, Uruguai, o Grupo emitiu um comunicado (*communiqué*) apresentando diversas metas a serem perseguidas por Doha. Em primeiro lugar, o Grupo Cairns exigiu que um claro comprometimento por parte dos países para que a questão agrícola deixasse de ser um assunto secundário e passasse a fazer plenamente parte do circuito da Organização Mundial do Comércio. Ademais, enfatizou a necessidade de remoção das distorções no comércio agrícola mundial pela eliminação dos subsídios para a exportação, melhoria significativa no acesso a mercados e eliminação de todas as políticas de suporte distorcivas. Além disso, a coalização asseverou a necessidade da eliminação nas distorções em aspectos não relacionados ao comércio, plena integração dos países em desenvolvimento nas negociações da Rodada de Doha, bem como a observância de metas e prazos para o atingimento dos resultados propostos¹²⁹. Assim sendo, o Grupo Cairns posicionou-se a favor de reformas amplas no comércio agrícola global, por intermédio da considerável redução dos instrumentos de auxílio doméstico, com vistas à eliminação de todos os elementos que distorcem esse mercado, em especial os subsídios.

Sem embargo, as metas ambiciosas alçadas pelo Grupo Cairns polarizaram sua posição no decorrer da Rodada e retiraram o caráter mediador da coalizão, fazendo com que o grupo se isolasse e perdesse o apoio dos EUA¹³⁰ e da União Europeia ao assumir uma postura mais agressiva no processo de negociações. Posteriormente existem indícios de que os EUA tentaram influenciar o Grupo Cairns

¹²⁸ Os membros do Grupo Cairns, Argentina, Austrália, África do Sul, Bolívia, Brasil, Canada, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Paquistão, Paraguai, Peru, Filipinas, Tailândia, Uruguai. A esse respeito, cf. GRUPO CAIRNS. **Sítio do Grupo Cairns**. Disponível em: <<http://cairnsgroup.org/Pages/map/index.aspx>>. Acesso em 11 abr. 2013.

¹²⁹ NARLIKAR, Amrita. **International trade and developing countries: bargaining and coalitions in the GATT and WTO**. London; New York: Routledge, 2003. xviii, p. 189.

¹³⁰ Nesse aspecto, inclusive, o representante para assuntos comerciais dos EUA, Robert Zollick, participou de diversas reuniões ministeriais do Grupo Cairns nos anos de 2001 e 2002, o que sugere uma aproximação. A esse respeito, cf. NARLIKAR, Amrita. **International trade and developing countries: bargaining and coalitions in the GATT and WTO**. London; New York: Routledge, 2003. xviii, p. 189.

para que adotasse um estilo mais brando de negociação e não assumisse posição tão destacada nas tratativas¹³¹.

Malgrado iniciativas do grupo que contribuíram para a formulação da Agenda de Doha de maneira mais ambiciosa, o Grupo Cairns perdeu proeminência no decurso das reuniões. Divergências dentro do próprio Grupo passaram a tornar-se mais evidentes. Alguns membros passaram a apresentar desconfiança com relação às propostas da “Caixa do Desenvolvimento” (*Development Box*), enquanto outros manifestaram maior adesão. O Canadá, membro do grupo, inclusive optou por apresentar propostas relativas à ampliação no acesso a mercados separadamente do Grupo. No final, o Grupo Cairns não atingiu os resultados inicialmente almejados para a Rodada, tendo em vista que a própria Declaração de Doha não reconheceu tanta urgência na eliminação dos subsídios de exportação, como queria a coalizão, mas apenas assinalou o objetivo de proceder-se a sua “gradual redução”¹³².

O Grupo de Países Menos Desenvolvidos (*Least Developed Countries*) – GPMD – tornou-se um dos grupos mais importantes e referenciados no curso da Rodada de Doha para o Desenvolvimento. Composto atualmente pelos 48 países considerados como possuidores dos maiores índices de pobreza e subdesenvolvimento¹³³, dos quais 34 são também membros da Organização Mundial do Comércio¹³⁴, o Grupo de Países Menos Desenvolvidos desempenhou papel destacado em diversos pontos do processo de negociações, e seus interesses foram, em vários momentos, colocados no eixo central dos tópicos discutidos.

O GPMD começou a articular-se desde a Rodada do Uruguai. Em 1999, em uma reunião convocada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

¹³¹ NARLIKAR, Amrita. **International trade and developing countries**: bargaining and coalitions in the GATT and WTO. London; New York: Routledge, 2003. xviii, p. 189.

¹³² NARLIKAR, Amrita. **International trade and developing countries**: bargaining and coalitions in the GATT and WTO. London; New York: Routledge, 2003. xviii, p. 190.

¹³³ O Grupo de Países Menos Desenvolvidos é constituído, atualmente, pelas seguintes nações: Angola, Bangladesh, Afeganistão, Benin, Burundi, Burkina Faso, Butão, Camboja, Chade, República Centro-Africana, Camarões, Djibuti, Eritreia, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Etiópia, Haiti, Kiribati, Lesotho, Laos, Libéria, Malawi, Madagascar, Nepal, Moçambique, Mianmar, Níger, Ruanda, Samoa, Senegal, São Tomé e Príncipe, Ilhas Salomão, Serra Leoa, Somália, Sudão, Togo, Tuvalu, Timor-Leste, Vanuatu, Tanzânia, Zâmbia e Iêmen. A esse respeito, cf. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). **Lista da ONU de países menos desenvolvidos**. Disponível em: <<http://unctad.org/en/Pages/ALDC/Least%20Developed%20Countries/UN-list-of-Least-Developed-Countries.aspx>> . Acesso em: 11 abr. 2013.

¹³⁴ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Least developed countries**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/org7_e.htm> . Acesso em: 11 abr. 2013.

(PNUD), o Governo da África do Sul e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), ministros do comércio dos PMDs ressaltaram a necessidade de formar uma posição comum, a fim de melhor assegurar seus interesses nas negociações. Não obstante, o Grupo de Países Menos Desenvolvidos apenas surgiu de fato como uma coalizão no contexto da OMC apenas na Reunião Ministerial de Seattle.

Há uma tendência no âmbito da Organização Mundial do Comércio de colocar-se os problemas e interesses dos Países Menos Desenvolvidos em primeiro plano. Nesse sentido, a Rodada de Doha não é por acaso intitulada de Rodada de Doha para o Desenvolvimento. Em especial, países considerados menos desenvolvidos têm hoje tratamento diferenciado na OMC (*special and differential treatment*), em instrumentos construídos para facilitar seu acesso a mercados e ao sistema dessa Organização Internacional.

3.2 A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS AGRÍCOLAS IMPLEMENTADAS PELOS PAÍSES RICOS E OS NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO NOS PAÍSES POBRES

A agricultura ocupa papel de primeira importância no desenvolvimento dos países mais pobres do mundo. As distorções enormes que atualmente se verificam no sistema multilateral de comércio, caracterizado pela pesada utilização de subsídios agrícolas e outras medidas de apoio à produção agrícola doméstica, prejudicam grandemente a economia desses países e solapam oportunidades para seu desenvolvimento. Uma vez que o direito ao desenvolvimento é entendido como um processo cultural, social e econômico, tais distorções, não corrigidas ou endereçadas pela OMC na Rodada de Doha, acarretam uma ineficácia desse comando, que passa a ser somente uma norma programática e vazia, inapta a produzir resultados concretos no fenômeno que se analisa. Assim sendo, é importante explicitar a grande relevância que a questão agrícola tem para os países

subdesenvolvidos, bem como a urgência na resolução da falta de acesso adequado ao mercado agrícola mundial. Isso permitirá a compreensão de que a Rodada de Doha, ao falhar em fornecer soluções efetivas para o imbróglio das distorções no comércio global agrícola, representou a ineficácia do direito ao desenvolvimento.

É verdade que a participação da agricultura nas economias nacionais cai em todo o globo, e que a produção manufaturados e de serviços expande-se. Entretanto, alguns dos países mais pobres do mundo beneficiaram-se muito pouco com essa expansão¹³⁵. A grande maioria das nações extremamente pobres, outrossim, ainda tem por principal atividade econômica a agricultura, com a maior parte da população economicamente ativa concentrada nesse setor produtivo. É um contexto no qual uma grande porção das famílias depende diretamente da agricultura independente para obtenção de praticamente toda a sua renda¹³⁶.

A expressiva expansão do comércio internacional verificada no final do século XX e início do século XXI não se traduziu em maiores níveis de desenvolvimento e eliminação da pobreza e da miséria. Calcula-se que, atualmente, 49 dos países mais pobres do mundo não participaram do incremento das trocas comerciais globais, permanecendo com uma participação inexpressiva no comércio mundial¹³⁷.

Em maio de 2002, o Congresso Nacional dos Estados Unidos promulgou o “*Farm Security and Rural Investment Act*”, uma norma disciplinadora do regime de subsídios agrícolas naquele país, com previsão de seis anos de vigência¹³⁸. Esse ato político foi duramente criticado por vários membros da comunidade internacional, que apontaram as enormes distorções que esse ato poderia trazer ao comércio agrícola mundial, em especial o relativo ao algodão. Uma vez que os EUA são os maiores produtores mundiais dessa mercadoria, a utilização de subsídios levaria a um desequilíbrio de preços em todo o mercado dessa *commodity*. Isso praticamente

¹³⁵ HERTEL, Thomas W; WINTERS, L. Alan. **Poverty & THE WTO: Impacts of the Doha Development Agenda**. Washington D.C.: The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, 2006, p. 4-5.

¹³⁶ BANCO MUNDIAL. **Global Economic Prospects: Realizing the Development Promise of the Doha Agenda**. Washington D.C.: World Bank, 2004.

¹³⁷ BRITISH BROADCASTING COMPANY. **Trade Inequality**. In: Poor countries and trade. Disponível em:

<http://news.bbc.co.uk/2/shared/spl/hi/pop_ups/03/business_trade_and_poor_countries/html/3.stm>. Acesso em: 09 abr. 2013.

¹³⁸ DÍAZ-BONILLA, Eugenio; FRANDSEN, Søren Elkjær; ROBINSON, Sherman. **WTO Negotiations and Agricultural Trade Liberalization: The Effect of Developed Countries' Policies on Developing Countries**. Cambridge: CABI, 2006, p. 80.

inviabilizaria as exportações de algodão pelos países mais pobres do mundo, produto que teriam inclusive vantagem comparativa em produzir, e impediria o acesso deles a esse mercado¹³⁹.

Configuração semelhante pode ser observada na Reunião Ministerial de Seattle, em setembro 2001, quando os EUA e União Europeia adotaram postura similar no tocante às políticas agrícolas. Embora estivesse a União Europeia disposta a discutir alguns pontos como a interpretação acerca do artigo 20 do Acordo sobre Agricultura do GATT, tanto a ela como aos EUA não interessava que se avançasse demasiado no tema ou que se buscasse a eliminação de outras medidas distorcivas no mercado agrícola, em especial dos subsídios de exportação. Outra vez, tal fato gerou enormes prejuízos aos países subdesenvolvidos, que têm a produção de algodão como principal força motriz econômica.

Isso demonstra o impacto que políticas agrícolas e tratados bilaterais e multilaterais de comércio sobre agricultura exercem sobre os níveis de renda e desenvolvimento dos países mais pobres do mundo. A temática da agricultura e do comércio agrícola mundial porta relevância capital no tocante ao desenvolvimento dos Estados menos favorecidos, e, via de consequência na efetividade do direito fundamental ao desenvolvimento sobre essas nações¹⁴⁰.

A agricultura ocupa uma posição de destaque na composição da atividade econômica dos países em desenvolvimento, em especial dos países mais pobres. No caso de certos países, como a República Centro-Africana e Guiné Bissau, o setor da agricultura corresponde a mais da metade do Produto Interno Bruto (PIB) do país. A tabela a seguir é essencial na compreensão de como a atividade agrícola representa uma parcela muito expressiva da economia do países em desenvolvimento, em particular, dos países pertencentes ao Grupo dos Países Menos Desenvolvidos.

¹³⁹ No tocante ao acesso a mercado, um dos problemas centrais consiste no chamando *binding overhang* – . Por exemplo, na questão do comércio agrícola, tarifas vinculadas nos países em desenvolvimento atingem uma média de 48%, ao passo que tarifas aplicadas situam-se no patamar de 21%. Nos países menos desenvolvidos do mundo, há 78% de tarifa vinculada e 13% de tarifa aplicada. Até mesmo nos EUA e na Europa há grande restrições tarifárias. Cf. HERTEL, Thomas W; WINTERS, L. Alan. **Poverty & THE WTO**: Impacts of the Doha Development Agenda. Washington D.C.: The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, 2006.

¹⁴⁰ HERTEL, Thomas W; WINTERS, L. Alan. **Poverty & THE WTO**: Impacts of the Doha Development Agenda. Washington D.C.: The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, 2006, p. 4.

Tabela 1 - Percentual do Produto Interno Bruto pertencente ao setor da agricultura nos países do Grupo de Países Menos Desenvolvidos membros da OMC

Países do Grupo de Países Menos Desenvolvidos membros da OMC	Percentual do Produto Interno Bruto pertencente ao setor da agricultura (2012)
Angola	10.2%
Bangladesh	17.3%
Benin	35.9%
Burkina Faso	34.4%
Burundi	31.1%
Camboja	34.7%
República Centro-Africana	56.4%
Chade	51%
República Democrática do Congo	4.2%
Djibuti	3.1%
Gambia	22.3%
Guiné	12.8%
Guiné Bissau	56.3%
Haiti	25%
Laos	26%
Lesoto	6.7%
Madagascar	28.3%
Malauí	29.6%
Mali	36.9%
Mauritânia	16.1%
Moçambique	31.8%
Mianmar	38.8%
Nepal	38.1%
Níger	39.6%
Ruanda	33.3%
Samoa	9.2%
Senegal	15.3%
Serra Leoa	43.2%
Ilhas Salomão	33.4%
Tanzânia	27.1%
Togo	45.7%
Uganda	23.9%
Vanuatu	20.6%
Zâmbia	20.2%
Média	26%

Fonte: elaboração baseada em dados retirados de CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. GDP Composition by Sector. CIA World Factbook. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2012.html#ao>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

Esses percentuais evidentemente divergem dos verificados nos países desenvolvidos ou mesmo nos países em desenvolvimento enquadrados na categoria “novos países industrializados”, cujas economias são compostas

predominantemente por serviços. No caso das nações ricas, a atividade agrícola corresponde a uma fatia ínfima do produto interno bruto, por vezes inferior a 1% de todas as trocas econômicas nacionais. No entanto, no grupo dos países desenvolvidos estão os maiores responsáveis pela utilização de subsídios e medidas de auxílio à produção doméstica que distorcem gravemente o equilíbrio do mercado de gêneros agrícolas global, impedindo o acesso das nações mais pobres a esse nicho, uma vez que os subsídios permitem que um produto agrícola seja vendido muito abaixo de preço que alcançaria em um mercado com competitividade perfeita.

Nesse aspecto, no contexto da Rodada de Doha, o grande impasse que se verificou na Reunião Ministerial de Cancún, em 2003, e que acarretou o fracasso das negociações, centrou-se em torno da questão agrícola e da importância que ela possui para os países menos desenvolvidos. Nessa reunião ficou claro o elevado grau de relevância e gravidade do suporte dado pelas nações desenvolvidas a sua produção agrícola doméstica para o comércio mundial, bem como para o atingimento dos objetivos desenvolvimentistas propostos na Rodada de Doha da OMC. Nesse contexto, as discussões de Doha tornaram mais clara a relação existente entre políticas de comércio nos países ricos e pobreza e subdesenvolvimento nos países pobres¹⁴¹.

3.3 O FRACASSO DAS NEGOCIAÇÕES DA RODADA DE DOHA NA REUNIÃO MINISTERIAL DE CANCÚN (2003) POR CAUSA DO IMPASSE NA RESOLUÇÃO DA QUESTÃO DOS SUBSÍDIOS AGRÍCOLAS

Malgrado as grandes expectativas e objetivos inicialmente propostos para a Rodada de Doha para o Desenvolvimento, as negociações falharam na Reunião

¹⁴¹ HERTEL, Thomas W; WINTERS, L. Alan. **Poverty & THE WTO**: Impacts of the Doha Development Agenda. Washington D.C.: The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, 2006, p. 5.

Ministerial de Cancún em setembro de 2003, que terminou sem os resultados inicialmente propostos. No curso dos debates na cidade mexicana, membros permaneceram irredutíveis em suas posições e não dispostos a realizarem concessões, especialmente no tocante aos temas relativos à agricultura e às “questões de Cingapura”¹⁴². A quinta Conferência Ministerial da Rodada de Doha foi idealizada como uma reunião de planejamento, na qual membros discutiriam a melhor maneira de concluir o restante dos temas na pauta de negociações. Entretanto, após cinco dias de negociações, a Reunião Ministerial atingiu um impasse insolúvel quando entraram em pauta assuntos relativos à agricultura, e terminou sem que se um consenso tenha sido atingido – elemento necessário para a implementação das resoluções no âmbito da OMC¹⁴³. Nos cinco dias da Reunião, não se obteve nenhum avanço nas discussões quanto às questões agrícolas, em especial quanto à eliminação dos subsídios distorcivos e suporte doméstico não permitido (caixa âmbar)¹⁴⁴.

O grande fracasso em Cancún pode ser creditado em grande parte a uma crescente polarização entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e uma dificuldade de atingir-se um ponto comum. Em determinado ponto das negociações, os países desenvolvidos tentaram inserir no texto do documento final cláusulas referentes às Questões de Cingapura, ao que protestaram veementemente os países subdesenvolvidos, fato que prejudicou ainda mais o prosseguimento dos trabalhos. Sentindo-se sobrecarregados pela excesso de comprometimentos já assumidos perante a OMC, os países pobres não concordavam com a discussão das Questões de Cingapura, que gerariam para eles ainda mais compromissos, e almejavam em fazer avançar o assunto da agricultura. Países ricos, por seu lado,

¹⁴² As Questões de Cingapura referem-se a quatro matérias estratégicas a serem discutidas e implementadas pela Organização Mundial do Comércio, verbalizadas na Primeira Reunião Ministerial da OMC, realizada em Cingapura entre os meses de setembro de novembro de 1996, dois anos após sua criação. São elas: i) relação entre comércio e investimentos, transparência em investimentos públicos, política de concorrência e facilitação ao comércio. As Questões de Cingapura foram incluídas nos parágrafos 20, 23, 26 e 27 da XX da Declaração Ministerial de Doha. A esse respeito, cf. DAS, Bhagirath Lal. **WTO: The Doha Agenda: The New Negotiations on World Trade**. Penang (Malásia): Third World Network, 2003, p. 33.

¹⁴³ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Summary of 14 September 2003**. Day 5: Conference ends without consensus. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min03_e/min03_14sept_e.htm>. Acesso em: 12 abr. 2013.

¹⁴⁴ CENTER FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT AT HARVARD UNIVERSITY. **Development Summary**. Global Trade Negotiations Home Page. Disponível em: <<http://www.cid.harvard.edu/cidtrade/issues/development.html>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

evitavam a todo custo a inclusão em pauta dos temas agrícolas¹⁴⁵ e intentavam redirecionar o foco das tratativas para as quatro Questões de Cingapura, objetivando mais decisões da OMC nessas esferas. Em especial, o Grupo Cairns, composto pelos maiores países agroexportadores, e o Grupo de Países Menos Desenvolvidos destacavam-se por sua posição em prol de uma radical abertura dos mercados agrícolas e redução drástica no aporte de subsídios, ao passo que os Estados Unidos, União Europeia e Japão não estavam dispostos a reduzir níveis de suporte internos ou fazer quaisquer concessões¹⁴⁶.

Diversos países em desenvolvimento, no curso dos debates da Reunião Ministerial de Cancún, indignaram-se contra a desigualdade no controle dos procedimentos da Organização Mundial do Comércio, nos quais observavam domínio assimétrico por parte dos países desenvolvidos. Ato contínuo, formaram um novo grupo para unificar sua posição e aumentar seu controle sobre na mesa de negociações, o “Grupo dos 20 ou G-20”¹⁴⁷, que foi, por seu turno, apoiado por mais de 90 países¹⁴⁸, criando uma possibilidade real de veto nas votações. Assim, a Reunião Ministerial de Cancún foi também marcada por uma maior união dos países em desenvolvimento na defesa de seus interesses e aumento no poder de barganha das nações menos favorecidas perante à OMC¹⁴⁹.

O tema da ausência de transparência no processo decisório da OMC marcou, outrossim, os debates em Cancún. A Organização Mundial do Comércio tem sido alvo de muitas críticas, em especial por parte dos países em desenvolvimento, por

¹⁴⁵ CENTER FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT AT HARVARD UNIVERSITY. **Development Summary**. Global Trade Negotiations Home Page. Disponível em:

<<http://www.cid.harvard.edu/cidtrade/issues/development.html>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

¹⁴⁶ SANTOS, Suelma Rosa dos. **Estudo comparado acerca da atuação do Brasil e da Índia na Organização Mundial de Comércio de Seattle a Cancún**. 2006. vii, 171 f. ; Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2006, p. 108.

¹⁴⁷ CANESIN, Carlos Henrique. **A influência da política agrícola comum na posição da União Europeia nas negociações agrícolas do sistema multilateral de comércio GATT/OMC: análise comparada das rodadas Uruguai e Doha**. 2009. 117 f. : Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2009, p. 92 ; SANTOS, Suelma Rosa dos. **Estudo comparado acerca da atuação do Brasil e da Índia na Organização Mundial de Comércio de Seattle a Cancún**. 2006. vii, 171 f. ; Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2006, p. 14.

¹⁴⁸ GARCÍA-MATAMOROS, L. V. La Ronda de Doha para el Desarrollo Ocho Años Después: de Grandes Propósitos a Modestos Acuerdos. **Revista Colombiana de Derecho Internacional**, Bogotá, n. 16, jan. - jun. 2010. 213-258.

¹⁴⁹ CENTER FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT AT HARVARD UNIVERSITY. **Development Summary**. Global Trade Negotiations Home Page. Disponível em:

<<http://www.cid.harvard.edu/cidtrade/issues/development.html>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

sua falta de transparência e frequente imposição de medidas de liberalização do comércio de maneira pouco democrática. Muitas nações apontam que grandes decisões nas reuniões e conferências acontecem a portas fechadas, em horários avançados da madrugada, de maneira quase secreta, em chamadas “salas verdes”, nas quais se permite a participação apenas a um grupo seleto de países dominantes. Reclama-se também que a OMC confere mais poderes para definir os assuntos da pauta de negociações aos países de maior envergadura econômica e exclui as demais delegações do processo. Muitos países em desenvolvimento acreditaram que os assuntos por eles levados seriam tratados da mesma forma com que foram em outras reuniões, com reuniões secretas, quedas de braço, demonstrações de poder econômico bruto pelos países da União Europeia e EUA.

Os protestos mais marcados acerca da questão de falta de transparência interna e externa no processo decisório da OMC foram evidenciados com mais ênfase na Reunião Ministerial de Seattle em 1999¹⁵⁰. Na Reunião Ministerial de Cancún em 2003, outrossim, ficaram patentes diversas queixas nesse mesmo sentido. Diversas organizações civis, como o Movimento para o Desenvolvimento Mundial, Oxfam e a Rede do Terceiro Mundo prepararam um memorando pleiteando maior transparência e participação nos processos decisórios da OMC. Argumentavam que, malgrado a Organização Mundial do Comércio possa parecer democrática à primeira vista, a *Realpolitik* presente faz com que os processos de tomada de decisão o sejam cada vez menos, ocasionando com que os países desenvolvidos tenham seus interesses assegurados. Muitos grupos e organizações presentes nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento têm sido muito críticos acerca da atuação da Organização Mundial do Comércio e o que ela representa. Certas associações, como a Global South, asseveram que a OMC pratica uma forma sutil e sorrateira de neocolonialismo, pois exige que os países mais pobres abram mão de sua soberania em prol das nações ricas, abrindo seus mercados para as políticas predatórias destes¹⁵¹.

Nesse memorando em particular, requereu-se que os países desenvolvidos deixassem de realizar reuniões informais sem participação e consentimento dos

¹⁵⁰ FOOTER, Mary. **An Institutional And Normative Analysis of the World Trade Organization**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2006, p. 173

¹⁵¹ KWA, Aileen. **Cancun and the Battle for Developing Countries' Markets: Another Form of Warfare**. Disponível em: <<http://focusweb.org/node/148>>. Acesso em: 09 abr. 2013.

países em desenvolvimento, as chamadas “mini reuniões ministeriais” (realizadas somente entre um número bastante reduzido de países economicamente dominantes), e que todas as reuniões fossem avisadas com no mínimo de seis horas de antecedência, a fim de que todos pudessem se preparar e estarem presentes nelas, e que nações pobres e com baixo orçamento recebessem assistência para que pudessem tomar parte de maneira adequada. Entretanto, nenhuma das sugestões das organizações civis foi implementada em Cancún, o que contribuiu ainda mais para o insucesso do encontro na cidade mexicana¹⁵².

3.4 AVANÇOS NA REUNIÃO MINISTERIAL DE HONG KONG, 2005

Na Reunião Ministerial de Hong Kong em 18 de dezembro de 2005 emitiu-se uma declaração na qual os membros da OMC reafirmaram seu comprometimento em tratar a questão dos subsídios sobre a produção de algodão de maneira ambiciosa, específica e expedita. Na Declaração de Hong Kong os membros também requereram ao Diretor Geral da OMC a criação um mecanismo satisfatório e acompanhamento e monitoramento para aspectos de assistência ao desenvolvimento relacionados ao tema do algodão¹⁵³.

Na Declaração Ministerial de Hong Kong, adotada em 18 de dezembro de 2005, membros reafirmaram todas as decisões tomadas em 2001, em Doha, e estabeleceram a meta de concluir todas as negociações e atingir os objetivos propostos no ano de 2006, uma vez que o prazo de 1º de janeiro de 2005, definido na cidade árabe, havia sido claramente extrapolado sem resultados conclusivos.

¹⁵² CENTER FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT AT HARVARD UNIVERSITY. **Development Summary**. Global Trade Negotiations Home Page. Disponível em:

<<http://www.cid.harvard.edu/cidtrade/issues/development.html>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

¹⁵³ FAIRTRADE FOUNDATION. **The Great Cotton Stich-Up**. A Fairtrade Foundation Report. November 2010. Disponível em:

<http://www.fairtrade.org.uk/includes/documents/cm_docs/2010/f/2_ft_cotton_policy_report_2010_lor_esv2.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2013.

Igualmente, os ministros ressaltaram que o desenvolvimento é o eixo central de toda a Rodada¹⁵⁴.

No tocante ao contexto das discussões relativas à agricultura, o resultado de maior importância alcançado durante a reunião, e talvez durante toda a rodada de Doha, registrado no item 6 da Declaração Ministerial de Hong Kong do ano de 2005, foi o comprometimento dos países em eliminar todos os tipos possíveis de subsídios agrícolas, tarefa a ser completada até o final de 2013, de maneira gradual¹⁵⁵. Não obstante, nessa cláusula da Declaração, ficou estabelecido que os países em desenvolvimento poderiam continuar a se valerem dos subsídios de exportação para suas respectivas produções agrícolas até cinco anos após a completa destruição de todas as formas de subsídios dessa natureza, consoante o Artigo 9º, parágrafo 4º do Acordo sobre Agricultura¹⁵⁶.

Cláusulas específicas foram estabelecidas para o questão do algodão, de grande importância para os países pobres, em especial os 48 membros do Grupo de Países Menos Desenvolvidos. Nesse particular, colocou-se que todos os subsídios de exportação para algodão deveriam ser extintos até o final de 2006, e não até o final de 2013, como restou convencionado para outros gêneros agrícolas. Ademais, firmou-se o comprometimento por parte dos países de alta renda de providenciar amplo acesso à exportação de suas *commodities* de algodão, livres de qualquer tipo de quotas, aos Países Menos Desenvolvidos. Todavia, a questão da redução dos subsídios sobre o algodão foi tratada de maneira genérica, sem que se colocasse metas concretas, limitando-se o Documento final redigido na Reunião de Hong Kong a postular que o tema da redução de subsídios agrícolas sobre o algodão deveria ser processado de maneira ampla e ambiciosa¹⁵⁷.

¹⁵⁴ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Hong Kong Ministerial Declaration**. Sítio da Organização Mundial do Comércio. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min05_e/final_text_e.htm>. Acesso em: 15 abr. 2013.

¹⁵⁵ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Hong Kong Ministerial Declaration**. Sítio da Organização Mundial do Comércio. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min05_e/final_text_e.htm>. Acesso em: 15 abr. 2013.

¹⁵⁶ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Agreement on Agriculture**. Uruguay Round Agreement. Sítio da Organização Mundial do Comércio. Disponível em: <http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/14-ag_01_e.htm>. Acesso em: 15 abr. 2013.

¹⁵⁷ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Hong Kong Ministerial Declaration**. Sítio da Organização Mundial do Comércio. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min05_e/final_text_e.htm>. Acesso em: 15 abr. 2013.

Outro importante ponto colocado no documento final da Reunião Ministerial de Hong Kong foi o referente ao Grupo de Países Menos Desenvolvidos¹⁵⁸. O parágrafo nº 47 da Declaração Ministerial dessa Reunião enfatizou que seria reconhecida a gravidade das preocupações desse grupo de nações e buscar-se-ia efetivar seus interesses. Nesse aspecto, a Declaração Ministerial de Hong Kong cita a Declaração de Livingstone, emitida em uma Reunião Ministerial do Grupo dos Países Menos Desenvolvidos em Junho de 2005 na cidade de Livingstone, Zâmbia. Nesse documento, os países do GPMD objetivaram adotar uma posição comum a ser defendida na Reunião Ministerial de Hong Kong da OMC. Reivindicaram também comprometimentos por parte da OMC para que as negociações se desenrolassem de forma transparente¹⁵⁹. Além disso, o GPMD expressou preocupação quanto ao fato de que o prazo previsto para a conclusão das negociações da Rodada não seria até o final do ano. Repisaram os compromissos feitos pelos países industrializados nas Reuniões Ministeriais de Cingapura, em 1996, Genebra, em 1998 e Doha, em 2001, no sentido de promover-se uma integração plena dos países pobres na economia global e no sistema multilateral de comércio¹⁶⁰. Por fim, o Grupo de Países Menos Desenvolvidos compilou uma lista de 39 interesses e expectativas quanto à Rodada de Doha, dentre os quais se destaca o item 15 do Documento, a saber, a ampla revisão de medidas de auxílio doméstico à produção de algodão, em especial a abolição de subsídios agrícolas distorcivos e subsídios de exportação para produtos agrícolas.

¹⁵⁸ Vide o tópico 3.2 do capítulo 3 deste trabalho.

¹⁵⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Livingstone Declaration**. Fourth LDC Trade Ministers' Meeting. Disponível em: <<http://www.un.org/special-rep/ohrrls/Hongkong/LDCs/Livingstone%20declaration.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

¹⁶⁰ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Hong Kong Ministerial Declaration**. Sítio da Organização Mundial do Comércio. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min05_e/final_text_e.htm>. Acesso em: 15 abr. 2013.

3.5 PERSPECTIVAS PARA A RODADA DE DOHA, QUANTO À QUESTÃO AGRÍCOLA NA FUTURA REUNIÃO MINISTERIAL DE BALI, EM DEZEMBRO DE 2013 E IMPLICAÇÕES NA EFICÁCIA DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO

Está prevista, para ser realizada entre os dias 3 a 6 de dezembro de 2013, a nona Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio, ainda no contexto da inconclusa Rodada de Doha para o Desenvolvimento, na cidade Bali, Indonésia, após os membros terem concordado com sua realização na data de 25 de julho de 2012. A Reunião será conduzida em meio a um cenário econômico global de crescentes incertezas, marcado por grandes crises no sistema financeiro ao redor do mundo, como a crise europeia e a americana, que continuarão a se arrastar no ano de 2013, segundo recentes previsões emitidas pela Comissão Europeia ¹⁶¹. Adicionalmente, segundo estatísticas emitidas pela OMC, o crescimento do nível de comércio mundial será baixo, situado em cerca de 2,5%¹⁶².

Nessa moldura econômica desfavorável desenrolar-se-á a Reunião Ministerial de Bali. Claramente, o atingimento das metas inicialmente delineadas na Declaração Ministerial de Doha em 2001 será prejudicado, em especial a eliminação de medidas distorcivas de auxílio doméstico à produção agrícola, uma vez que as nações tendem, em momentos de instabilidade econômica, a responder com medidas protetivas e aumento do protecionismo, e não com abertura de mercados e promoção do liberalismo econômico. Assim, os países desenvolvidos provavelmente não cumprirão com os compromissos assumidos no âmbito da OMC e falharão em reduzir níveis de auxílio doméstico distorcivos do comércio mundial.

Considerando que a eficácia do direito ao desenvolvimento é verificada com a produção de resultados concretos a partir conceito jurídico abstratamente considerado, ocasionando a melhoria de indicadores econômicos e sociais em

¹⁶¹ COMISSÃO EUROPEIA. **Winter forecast 2012-14: Gradually overcoming headwinds**. Reference: IP/13/151. Disponível em: <http://europa.eu/rapid/press-release_IP-13-151_en.htm?locale=en>. Acesso em: 15 abr. 2013; BRITISH BROADCASTING COMPANY. **Eurozone downturn and deficits to persist, Commission says**. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/business-21544328>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

¹⁶² ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Lamy urges “credible” results at Bali Ministerial**. Sítio da Organização Mundial do Comércio. Disponível em: <http://www.wto.org/english/news_e/news12_e/tnc_stat_07dec12_e.htm>. Acesso em: 15 abr. 2013.

determinado país como resultado da aplicação da norma, pode-se concluir que a eficácia desse direito no desenrolar da Rodada de Doha será ainda menor que a inicialmente verificada. Tendo em vista que a questão da substancial eliminação dos subsídios agrícolas é o cerne do eixo de promoção de desenvolvimento proposto pela Rodada de Doha, conforme foi reconhecido em diversos momentos no curso das negociações nas Reuniões Ministeriais, tanto por países desenvolvidos como em desenvolvimento, o impasse na implementação de decisões concretas e específicas nessa temática seguirá dificultando aos Países Menos Desenvolvidos o acesso pleno e livre ao mercado global, emperrando seu crescimento econômico e desenvolvimento, em todas as acepções do termo. Apenas com a eliminação de distorções no mercado agrícola global e fomento do acesso de países em desenvolvimento a ele poder-se-ia conferir eficácia do direito ao desenvolvimento, cenário que, a partir da análise da conjuntura da Rodada de Doha, provavelmente não se verificará na nona Reunião Ministerial da OMC em Bali.

CONCLUSÃO

A Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio não tem contribuído para a efetividade do direito ao desenvolvimento no plano do Direito Internacional Econômico. Iniciada em 2001, na cidade de Doha, Qatar, a Rodada adotou como meta precípua melhoria do modo de vida da população dos países subdesenvolvidos por meio da liberalização do comércio internacional e eliminação das distorções dos mercado agrícola global, em especial pela mitigação ou redução dos subsídios agrícolas. No entanto, a Rodada de Doha não logrou sucesso em angariar a adesão dos países para a adoção das medidas e estratégias mais importantes.

O sistema de negociações utilizado na Organização Mundial do Comércio, o *single undertaking*, contribuiu parcialmente para a falha das negociações sobre a mitigação substancial ou eliminação dos subsídios agrícolas no comércio internacional. O *single undertaking* é um sistema no qual o país participante das negociações deve concordar com todas as medidas negociadas ou com nenhuma delas. Embora fosse pensado como estratégia para a aprovação de medidas mais polêmicas, o *single undertaking* afastou ainda mais as nações reticentes, que preferiram não aderir a nenhuma medida. Organização Mundial do Comércio revelou-se limitada em angariar número suficientes de adesões nas conferências e reuniões da Rodada de Doha, frustrando os objetivos propostos no início da Rodada.

O impasse nas negociações da Rodada de Doha sobre a eliminação dos subsídios agrícolas tem prejudicado a busca pela melhoria das condições socioeconômicas nos países de baixa renda, traduzindo-se na ineficácia do direito ao desenvolvimento. Utilizados desmedidamente nos países desenvolvidos, os subsídios agrícolas geram distorções significativas no comércio internacional, impedindo o acesso dos países de baixa renda agroexportadores aos mercados competitivos globais. A eliminação dos subsídios, uma possibilidade cada vez mais remota no âmbito da Rodada de Doha, seria o meio mais eficaz de levar progresso econômico às nações com baixo nível de desenvolvimento humano.

Consequentemente, enquanto o impasse sobre a questão dos subsídios agrícolas não for superado nas negociações da Rodada, não se poderá afirmar que a OMC confere eficácia ao direito ao desenvolvimento, uma vez que a competitividade agrícola, no tema tratado, é o elemento principal, haja vista sua relevância para os países mais pobres.

A Organização Mundial do Comércio deveria ser mais ambiciosa em seu escopo e objetivos de liberalização do comércio mundial (em especial com relação às nações mais ricas) para que imprimisse maior efetividade às suas decisões e gerasse, de fato, mais desenvolvimento para os países mais pobres. A Rodada de Doha deveria ter por meta a realização de reformas mais radicais e profundas, a fim de que produzisse um impacto significativo na redução dos níveis de pobreza, assim como no reequilíbrio dos mercados globais, especialmente o agrícola, em prol dos países em desenvolvimento.

Dessa maneira, a Rodada de Doha tem-se revelado falha em seu principal eixo temático. Criada como uma rodada de negociações voltada ao atendimento dos interesses dos países pobres, a Rodada ainda não colaborou para o desenvolvimento das nações menos favorecidas e a diminuição das diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

REFERÊNCIAS

BAN-KI MOON. **'Right To Development' Declaration Has Languished, Secretary-General Tells Meeting to Mark Twenty-Fifth Anniversary Of Adoption.** Disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sgsm13926.doc.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2012.

BANCO MUNDIAL. **Global Economic Prospects: Realizing the Development Promise of the Doha Agenda.** Washington D.C.: World Bank, 2004.

BASSIOUNI, M. C. International Crimes: "Jus Cogens" and "Obligatio Erga Omnes". **Law and Contemporary Problems**, Durham, 59, n. 4, 1996. pp. 63-74.

BEGHIN. John C., ROLAND-HOLST, David e MENSBRUGGHE, Dominique van der. **Global Agricultural Trade and the Doha Round: What Are the Implications for North and South?** Ames: Iowa State University, 2002.

BELLO, Walden. **The Road to Cancun: Towards a Movement Strategy for the WTO Ministerial in Cancun.** Disponível em: <<http://focusweb.org/node/22>>. Acesso em: 09 abr. 2013.

BICALHO, Letícia Canêdo. **A descolonização da Ásia e da África.** São Paulo: Atual, 1994.

BIGIRA, Jean Paul Segihobe. **Le droit au developpement dans le contexte de la mondialisation** : ambiguïté, obsolescence et contradictions. Travail présenté au cours du Séminaire interdisciplinaire sur la Mondialisation et Droits de l'Homme dans le cadre du DES en Droits de l'Homme/UCL/Belgique. Disponível em : <<http://www.dhdi.free.fr/recherches/gouvernance/articles/segihobemondialisation.htm>>. Acesso em : 06 nov. 2012.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BORDO, M. D. **A Retrospective on the Bretton Woods System: Lessons for International Monetary Reform.** Chicago: University of Chicago Press, 1993.

BRITISH BROADCASTING COMPANY. **Eurozone downturn and deficits to persist, Commission says**. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/business-21544328>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

BRITISH BROADCASTING COMPANY. **Trade Inequality**. In: Poor countries and trade. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/shared/spl/hi/pop_ups/03/business_trade_and_poor_countries/html/3.stm>. Acesso em: 09 abr. 2013.

BROGINI, G. D. **OMC e Indústria Nacional**: As Salvaguardas para o Desenvolvimento. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

CANESIN, Carlos Henrique. **A influência da política agrícola comum na posição da União Européia nas negociações agrícolas do sistema multilateral de comércio GATT/OMC**: análise comparada das rodadas Uruguai e Doha. 2009. 117 f. : Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2009.

CASTRO, Marcus Faro. De Westphalia a Seattle: A Teoria das Relações Internacionais em Transição. In: SIMON, Samuel (org.). **Um século de conhecimento**: arte, filosofia, ciência e tecnologia no século XX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

CENTER FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT AT HARVARD UNIVERSITY. **Development Summary**. Global Trade Negotiations Home Page. Disponível em: <<http://www.cid.harvard.edu/cidtrade/issues/development.html>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **GDP Composition by Sector**. CIA World Factbook. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2012.html#ao>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

CHO, Sungjoon. Demise of Development in the Doha Round Negotiations. In: **Texas International Law Journal**, Austin, v. 45, n. 573, 2010.

COMISSÃO EUROPEIA. **Winter forecast 2012-14: Gradually overcoming headwinds**. Reference: IP/13/151. Disponível em: <http://europa.eu/rapid/press-release_IP-13-151_en.htm?locale=en>. Acesso em: 15 abr. 2013.

CONFERÊNCIA AFRO-ASIÁTICA. First conference resolutions. Communiqué, 1955. Bandung, 24 abr. 1955. In: RIST, Gilbert. **History Of Development 3rd Edition**. Londres, Academic Foundation, 2009.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). **Lista da ONU de países menos desenvolvidos**. Disponível em: <http://unctad.org/en/Pages/ALDC/Least%20Developed%20Countries/UN-list-of-Least-Developed-Countries.aspx> . Acesso em: 11 abr. 2013.

DAS, Bhagirath Lal. **WTO: The Doha Agenda: The New Negotiations on World Trade**. Penang (Malásia): Third World Network, 2003.

DÍAZ-BONILLA, Eugenio; FRANDSEN, Søren Elkjær; ROBINSON, Sherman. **WTO Negotiations and Agricultural Trade Liberalization: The Effect of Developed Countries' Policies on Developing Countries**. Cambridge: CABI, 2006.

FAIRTRADE FOUNDATION. **The Great Cotton Stich-Up**. A Fairtrade Foundation Report. November 2010. Disponível em: http://www.fairtrade.org.uk/includes/documents/cm_docs/2010/f/2_ft_cotton_policy_report_2010_loresv2.pdf. Acesso em: 13 abr. 2013.

FOOTER, Mary. **An Institutional And Normative Analysis of the World Trade Organization**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2006.

FURTADO, Celso. Retorno à visao global de Perroux e Prebisch. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p. 296-304, jan-jul 2012.

GARCÍA-MATAMOROS, L. V. La Ronda de Doha para el Desarrollo Ocho Años Después: de Grandes Propósitos a Modestos Acuerdos. **Revista Colombiana de Derecho Internacional**, Bogotá, n. 16, jan. - jun. 2010. 213-258.

GESSI, Ana Cristina da Motta. **A OMC enquanto instrumento de fomento ao direito ao desenvolvimento humano**. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOLDSTEIN Judith L.; RIVERS Douglas; e TOMZ Michael. Institutions in International Relations: Understanding the Effects of the GATT and the WTO on World Trade. **International Organization**, Cambridge, n. 61, 2007, p. 37-67

GRUPO CAIRNS. **Sítio do Grupo Cairns**. Disponível em: <<http://cairnsgroup.org/Pages/map/index.aspx>>. Acesso em 11 abr. 2013.

HABKA, Bruna Duarte. **A vitória brasileira no sistema de solução de controvérsias da OMC sob o alicerce público-empresarial: o caso do algodão**. 2012. 167 f. : Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Relações Internacionais, 2012.

HERTEL, Thomas W; WINTERS, L. Alan. **Poverty & THE WTO**: Impacts of the Doha Development Agenda. Washington D.C.: The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, 2006.

HOEKMAN, B. The WTO: Functions and Basic Principles. In: HOEKMAN, B.; MATTOO, A.; ENGLISH, P (ed.). **Development, Trade, and the WTO**: a Handbook. Washington D.C.: The World Bank, 2002.

HOEKMAN, B.; MATTOO, A.; ENGLISH, P (ed.). **Development, Trade, and the WTO**: a Handbook. Washington D.C.: The World Bank, 2002.

HULME, David. The Making of the Millennium Development Goals: Human Development Meets Results based Management In an Imperfect World. Brooks World Poverty Institute. Dez. 2006. Disponível em: <<http://www.bwpi.manchester.ac.uk/resources/Working-Papers/bwpi-wp-1607.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2012.

KELSEN, H. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 427 p.

KIRCHMEIER, Felix. The Right to Development – where do we stand? State of the debate on the Right to Development. **Dialogue on Globalization**. Occasional papers. Friedrich Ebert Stiftung. Genebra, n. 23, jul. 2006.

KWA, Aileen. **Cancun and the Battle for Developing Countries' Markets: Another Form of Warfare**. Disponível em: <<http://focusweb.org/node/148>>. Acesso em: 09 abr. 2013.

LAMPREIA, L. F. OMC - A Rodada de Doha. **Carta Mensal**, Brasília, 55, n. 652, jul. 2009. p. 65-82.

MCGUIRK, A. The Doha Development Agenda. **Finance & Development**, Washington D.C, 39, n. 3, setembro 2002.

NARLIKAR, Amrita. **International trade and developing countries**: bargaining and coalitions in the GATT and WTO. London; New York: Routledge, 2003. xviii, 238 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaration on the Right to Development. Resolução 41/128 de 4 de dezembro de 1986. **Sítio da Organização das Nações Unidas**, 2012. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r128.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Livingstone Declaration**. Fourth LDC Trade Ministers' Meeting. Disponível em: <<http://www.un.org/special-rep/ohrlls/Hongkong/LDCs/Livingstone%20declaration.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Millennium Development Goals**. Sítio da Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.un.org/millenniumgoals/>>. Acesso em: 05 nov. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 58/172 de 4 de dezembro de 1986. O Direito ao Desenvolvimento. **Sítio da Organização das Nações Unidas**, 2012. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/504/90/PDF/N0350490.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 08 nov. 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Agreement on Agriculture**. Uruguay Round Agreement. Sítio da Organização Mundial do Comércio. Disponível em: <http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/14-ag_01_e.htm>. Acesso em: 15 abr. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Agriculture Negotiations**: Background Fact Sheet. Domestic Support in Agriculture. Sítio da Organização Mundial do Comércio. Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/agric_e/agboxes_e.htm>. Acesso em: 11 abr. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Atelier sur les analyses récentes concernant le Cycle de Doha. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**, 2010 a. Disponível em: <http://www.wto.org/french/tratop_f/dda_f/wkshop_nov10_f/wkshop_nov10_f.htm>. Acesso em: 23 abr. 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Doha Declarations**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/ddec_e.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Doha Ministerial declaration. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**, 2012. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min01_e/mindecl_e.htm>. Acesso em: 11 nov. 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Hong Kong Ministerial Declaration**. Sítio da Organização Mundial do Comércio. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min05_e/final_text_e.htm>. Acesso em: 15 abr. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. How the negotiations are organized. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/dda_e/work_organ_e.htm>. Acesso em: 10 nov. 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Lamy urges “credible” results at Bali Ministerial**. Sítio da Organização Mundial do Comércio. Disponível em: <http://www.wto.org/english/news_e/news12_e/tnc_stat_07dec12_e.htm>. Acesso em: 15 abr. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Le Cycle de Doha. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**, 22 mar. 2012. Disponível em: <http://www.wto.org/french/tratop_f/dda_f/dda_f.htm>. Acesso em: 23 abr. 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Least developed countries**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/org7_e.htm> . Acesso em: 11 abr. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Marrakesh Declaration of 15 April 1994. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**, 2012. Disponível em: <https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/marrakesh_decl_e.htm>. Acesso em: 10 nov. 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Memorandum on the Objectives of the International Trade Organization with Respect to Employment. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**. Disponível em:

<http://www.wto.org/gatt_docs/English/SULPDF/90210184.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Principles of the trading system. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/fact2_e.htm>. Acesso em: 10 nov. 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **Summary of 14 September 2003**. Day 5: Conference ends without consensus. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min03_e/min03_14sept_e.htm>. Acesso em: 12 abr. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **The Doha agenda**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/doha1_e.htm#singapore>. Acesso em: 12 abr. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. The Doha Declaration explained. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/dda_e/dohaexplained_e.htm>. Acesso em: 11 nov. 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **The Doha Round**. Sítio da Organização Mundial do Comércio. Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/dda_e/dda_e.htm>. Acesso em: 15 abr. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. The Fourth WTO Ministerial Conference. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min01_e/min01_e.htm>. Acesso em: 11 nov. 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. The GATT years: from Havana to Marrakesh. **Sítio da Organização Mundial do Comércio**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/fact4_e.htm>. Acesso em: 11 nov. 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. The General Agreement on Tariffs and Trade (GATT 1947). **Sítio da Organização Mundial do Comércio**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/gatt47_01_e.htm - articleI>. Acesso em: 10 nov. 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. **The Sixth WTO Ministerial Conference**. Sítio da Organização Mundial do Comércio. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min05_e/min05_e.htm>. Acesso em: 15 abr. 2013.

OUGUERGOUZ, Fatsah. Hommage à Kéba MBAYE. **Droits fondamentaux**, nº 6, janvier - décembre 2006. Disponível em: <<http://www.droits-fondamentaux.org/IMG/pdf/df6fokmhom.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2012.

PATEL, Chandrakant. **Single Undertaking: a straitjacket or variable geometry?** Trade-Related Agenda, Development and Equity (T.R.A.D.E): Working Papers. Genebra: South Centre, Maio 2003.

PEDDE, Igor Pochmann. **A posição do Brasil nas negociações multilaterais da Rodada de Doha (OMC) e o setor agrícola**. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2009.

PEREIRA, Márcio Fernandes. **O comércio internacional e a abordagem dos sistemas-mundo: um estudo no âmbito das relações sul-sul e norte-sul entre um conjunto de países atlânticos de África, América do Sul e Europa (1970-2000)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. **Rio Declaration on Environment and Development**. Sítio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?documentid=78&articleid=1163>>. Acesso em: 06 nov. 2012.

ROGER, Isabelle. **Le droit au développement come droit de l'homme: genèse et concept**. 2003. Monografia de fim de curso do Instituto de Estudos Políticos de Lyon – Université Lumière Lyon 2, 23 set. 2003.

SANTOS, Suelma Rosa dos. **Estudo comparado acerca da atuação do Brasil e da Índia na Organização Mundial de Comércio de Seattle a Cancún**. 2006. vii, 171 f. ; Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2006.

SCHOTT, Jeffrey J., **The Wto After Seattle**. Institute for International Economics: Dupont Circle, 2000.

SHELL, Richard G. Trade Legalism and International Relations Theory: an Analysis of the World Trade Organization. **Duke Law Journal**, n. 5, v. 44, mar. 1995, p. 829-927.

SILVA, Alice Rocha da. **A Cláusula da Nação Mais Favorecida da OMC e a Proliferação dos Acordos Comerciais Bilaterais**. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2006.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Vol. II. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SNEYD, Adam. Right to Development. **Globalization and Autonomy**. Disponível em: <http://www.globalautonomy.ca/global1/glossary_entry.jsp?id=CO.0044>. Acesso em: 05 nov. 2012.

STIGLITZ, Joseph. Trade imbalances. **The Guardian**. Friday 15 August 2003 12.47 BST. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2003/aug/15/wto.comment>>. Acesso em: 09 abr. 2013.

THOMAS, Mitsuo Matsushita; SCHOENBAUM, J. e MAVROIDIS, Petros C. **The World Trade Organization: Law, Practice, and Policy**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

TUSSIE, D.; PEIXOTO, J. Tomorrow never dies? O colapso de Doha e lições da história. **Cadernos Adenauer**, Berlim, n. 9, 2008. 101-113.

TUSSIE, Diana; LENGYEL, Miguel F. Developing Countries: Turning Participation into Influence. In: HOEKMAN, B.; MATTOO, A.; ENGLISH, P (ed.). **Development, Trade, and the WTO: a Handbook**. Washington D.C.: The World Bank, 2002.

VARELLA, M. D. **Direito Internacional Público**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 478 p.

YASUAKI, O. **A Transcivilizational Perspective on International Law**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2003.

Sítios genéricos

African [Banjul] Charter on Human and Peoples' Rights. In: University of Minnesota. Human Rights Library. Disponível em: <<http://www1.umn.edu/humanrts/instree/z1afchar.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2012.